

**Nº 03 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 05 de Fevereiro
de 2009. -----**

Aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Arqto. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Dr. Luís Manuel Areias Fontes, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.ª Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de dois de Fevereiro do corrente ano. -----

I - AUSÊNCIA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, não esteve presente na reunião ordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar, em representação do Município, em Guimarães, numa conferência do Eixo Atlântico, e relativa a apresentação do projecto "Eurocidade". -----
A presente reunião foi presidida pelo Vice-presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira. -----

II - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

O Vice-Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

- **Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves** - Sobre este assunto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo camarário, do teor do ofício de 2009-01-26, produzido pelo Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves e relativo ao Relatório e Contas/2008. -----

- **AMAT - Associação De Municípios do Alto Tâmega** - Sobre este, o Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo camarário, do teor do ofício nº 47/1.2, de 2009-01-23, remetido pela AMAT - Associação De Municípios do Alto Tâmega, e referente às opções do plano e Orçamento de 2009. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

III - REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA. -----

Foram presentes os requerimentos identificados em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

"Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----
Serve o presente requerimento para solicitar a V. Exa., ao abrigo do nº. 1 do artigo 4º do Estatuto do direito da Oposição a seguinte informação: -----

1. Declaração da Escola de Enfermagem sobre os montantes pagos, em compensações, remunerações, senhas de presença, honorários, ajudas de custo ou outros valores pecuniários, DR. João Pereira, no ano de 2006 e 2007; -----

2. Declaração da Escola de Enfermagem que identifique quais as funções que estão determinadas ao Dr. João Pereira. -----
Chaves, 2 de Fevereiro de 2009 -----
Os Vereadores do Partido Socialista". -----

"Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----
Serve o presente requerimento para solicitar a V. Exa., ao abrigo do nº. 1 do artigo 4º do Estatuto do direito da Oposição a seguinte informação: -----

1. Declaração do Mercado Abastecedor sobre o valor das Senhas de Presença pagas ao Administrador do MARC Dr. João Pereira; -----

2. Declaração do Mercado Abastecedor de Chaves sobre os montantes pagos ao Administrador Dr. João Pereira no ano de 2006 e 2007; -----

3. Declaração do Mercado Abastecedor de Chaves sobre os montantes pagos ao Administrador Eng. Carlos Manuel França Santos no ano de 2006 e 2007; -----
Chaves, 2 de Fevereiro de 2009 -----
Os Vereadores do Partido Socialista". -----

"Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----
Serve o presente requerimento para solicitar a V. Exa., ao abrigo do nº. 1 do artigo 4º do Estatuto do direito da Oposição a seguinte informação: -----

1. Cópia dos Estatutos da Empresa Chaves Parque; -----

2. Composição dos órgãos sociais da empresa Chaves Parque; -----

3. Compensações, remunerações, senhas de presença, honorários e outros valores pecuniários pagos aos membros dos órgãos sociais da Empresa Chaves Parque, durante os anos de 2005, 2006 e 2007, com a indicação do nome do órgão que o mesmo integra; -----

4. Relatório de contas de 2005, 2006 e 2007. -----
Chaves, 3 de Fevereiro de 2009 -----
Os Vereadores do Partido Socialista". -----

"Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----
Serve o presente requerimento para solicitar a V. Exa., ao abrigo do nº. 1 do artigo 4º do Estatuto do direito da Oposição a seguinte informação: -----

1. Cópia dos Estatutos da Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos; -----

2. Composição dos órgãos sociais da Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos; -----

3. Compensações, remunerações, senhas de presença, honorários e outros valores pecuniários pagos aos membros dos órgãos sociais da Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos, durante os anos de 2005, 2006 e 2007, com a indicação do nome e do órgão que o mesmo integra; -----

4. Relatório de contas de 2005, 2006 e 2007. -----
 Chaves, 3 de Fevereiro de 2009 -----
 Os Vereadores do Partido Socialista". -----

Na sequência dos requerimentos apresentados pelos Vereadores do Partido Socialista, o Senhor Vice-Presidente da Câmara informou o Executivo que irá remeter cópia dos mesmos às entidades competentes, no sentido de serem apresentados os esclarecimentos solicitados sobre a matéria. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 22 de Janeiro de 2008. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A CHAVES VIVA - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO DAS ARTES PARA A REGIÃO FLAVIENSE. PROPOSTA Nº6/GAPV/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Justificação -----

- Através do ofício com a referência 16/TSAC/SA, datado de 19 de Janeiro de 2009, a Chaves Viva - Associação Promotora para o Ensino e Divulgação das Artes e Ofícios da Região Flaviense, veio apresentar uma proposta de protocolo de colaboração a celebrar com o Município para o corrente ano. -----

- Considerando o balanço positivo efectuado à actividade prestada por esta Associação, no ano transacto, na promoção, realização e organização de eventos culturais que decorreram na nossa cidade. ---

- Considerando, ainda, o conteúdo da programação patente no Plano de Actividades apresentado para o corrente ano, o qual enumera todas as acções a desenvolver, privilegiando a sua articulação em áreas de actividade, no quadro de objectivos estratégicos. -----

II - Da proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões acima aduzidas, e ao abrigo do disposto no artigo 67º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação do seguinte: -----

a) A aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a "Chaves Viva - Associação Promotora do Ensino das Artes para a

Região Flaviense", contendo as cláusulas que nele deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:

• **Prazo de vigência:** - de 01 de Janeiro até 31 Dezembro de 2009 -----

• **Valor global da comparticipação:** € 240.000,00 (duzentos e quarenta mil euros), valor este concretizado mediante o seguinte plano de pagamentos: -----

- Janeiro -----	€20.000,00
- Fevereiro -----	€20.000,00
- Março -----	€20.000,00
- Abril -----	€20.000,00
- Maio -----	€20.000,00
- Junho -----	€20.000,00
- Julho -----	€20.000,00
- Agosto -----	€20.000,00
- Setembro -----	€20.000,00
- Outubro -----	€20.000,00
- Novembro -----	€20.000,00
- Dezembro -----	€20.000,00

Após o termo do presente protocolo a "Chaves Viva - Associação Promotora do Ensino das Artes para a Região Flaviense", apresentará à Câmara Municipal, um Relatório das Actividades desenvolvidas e contas, para que se possa fazer uma avaliação das obrigações assumidas pela aludida Associação. -----

b) Os encargos emergentes do presente contrato-programa serão suportados através da rubrica orçamental, com a seguinte classificação económica: 04.07.01.99.07; -----

c) Para o efeito, deverá ficar, desde já, legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a proceder à outorga do aludido Protocolo de Colaboração; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, deverá ser comunicada a "Chaves Viva - Associação Promotora do Ensino das Artes para a Região Flaviense" a aceitação da sua proposta, acompanhada da respectiva minuta de Protocolo de Colaboração de Desenvolvimento Sócio-Cultural; -----

e) Por último dever-se-á promover a devida publicitação em Jornal Local e em Boletim Municipal. -----
Chaves, 2 de Fevereiro de 2009 -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
(João Batista) -----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL -----

A Câmara Municipal de Chaves, seguidamente designada por Câmara e, neste acto, representada pelo seu presidente, Dr. João Batista e "Chaves Viva" - Associação Promotora Para o Ensino e Divulgação Das Artes e Ofícios da Região Flaviense, seguidamente designada por "Chaves Viva" e, neste acto representada pelo seu presidente da Direcção, Dr. António Manuel Alves Ramos, atentos os pressupostos constantes da proposta submetida a deliberação camarária em reunião realizada a 2004/08/09, entendem celebrar o presente protocolo de colaboração nos seguintes termos: -----

1- OBJECTO -----

O objecto do presente protocolo de colaboração, consiste na gestão de equipamentos culturais, como a Sala Multiusos e Auditório do Centro Cultural e outros que venham a ser indicados e no desenvolvimento de actividades sócio - culturais, de Difusão e

Artísticas, de interesse público no concelho de Chaves, designadamente: -----

- 1.1. Animação na Passagem de Ano -----
- 1.2. FAN - Festival de Ano Novo -----
- 1.3. Sabores e Saberes de Chaves -----
- 1.4. Concertos semanais -----
- 1.5. Exposições de Artes Plásticas -----
- 1.6. Concertos com Bandas Filarmónicas do Concelho -----
- 1.7. Actuação dos Ranchos Folclóricos do Concelho de Chaves e actuação dos Grupos Corais e Musicais do Concelho de Chaves -----
- 1.8. Concertos com a Orquestra do Norte -----
- 1.9. Apoio à Juventude - Bandas de Garagem -----
- 1.10. Festas Comemorativas do 25 de Abril -----
- 1.11. 27 Festival Internacional de Teatro -----
- 1.12. Espectáculos de Teatro -----
- 1.13. Cinema ao ar livre -----
- 1.14. Festival Rock Chaves 2009 -----
- 1.15. Primeiras Jornadas Luso - Galaicas de Folclore -----
- 1.16. Festas da Cidade de Chaves -----
- 1.17. Desfiles de Moda -----
- 1.18. Verbena no Jardim Público -----
- 1.19. Chavesnoivos - Feira de Serviços e Preparativos para o Casamento -----
- 1.20. Jornadas Internacionais de Folclore -----
- 1.21. Festividades em Honra de Nossa Senhora das Graças -----
- 1.22. Animação da Feira dos Santos -----
- 1.23. Festival Douro Jazz -----
- 1.24. Outonalidades -----
- 1.25. Ciclo de Cinema Português - Programa de Itinerância Cinematográfica -----
- 1.26. Gestão de Espaços Culturais e Gestão de Equipamento de Som e Luz -----
- 1.27. Protocolos com entidades culturais do concelho -----
- 1.28. Apoio às Associações -----
- 1.29. Outros projectos que a Autarquia entenda poderem ser desenvolvidos pela Associação Chaves Viva. -----

1.1. ANIMAÇÃO NA PASSAGEM DE ANO -----

A Chaves Viva compromete-se a colaborar para que a noite de passagem de ano seja diferente. Na cidade, a festa começa às 22:00h. A noite começa com a música de um conjunto musical que promete muita animação, acompanhada numa reconfortante fogueira, mantendo a tradição popular desta quadra, na nossa região. -----

1.2. FAN - FESTIVAL DE ANO NOVO -----

A Chaves Viva compromete-se, fruto de uma parceria com o Teatro de Vila Real, a proporcionar um conjunto de espectáculos de música clássica denominado FAN - Festival de Ano Novo (3ª edição). Esta actividade pretende utilizar uma fórmula experimentada com sucesso no Douro Jazz - Festival Internacional e no Vinte e Sete - Festival Internacional de Teatro, tirando partido de uma economia de escala e conseguindo para as instituições envolvidas uma visibilidade acrescida. -----

O conceito do Festival tem por base os seguintes objectivos: -----

- Uma estrutura de acolhimento em rede, descentralizada, que estimule a visibilidade do evento às escalas regional e nacional, facilitando em simultâneo a circulação de públicos entre diversas localidades; -----

- Tirar partido de uma época do ano em que, a nível nacional, ocorrem poucas iniciativas no domínio da programação musical; -----
- Agendar espectáculos de música clássica em formato mais simples, seguindo o espírito dos tradicionais concertos Promenade. -----

1.3. SABORES E SABERES DE CHAVES -----

A Chaves Viva compromete-se a co-organizar, com a Câmara Municipal de Chaves, nos dias 30, 31 de Janeiro e 01 de Fevereiro 2009 o Certame "Sabores e Saberes de Chaves". Este evento alia os saberes artesanais e os sabores gastronómicos da região. O certame "Sabores e Saberes de Chaves" representa a etapa fulcral de todo o projecto - o marketing /promoção dos produtos fabricados. Esta iniciativa é dirigida aos consumidores (locais/regionais, nacionais e espanhóis) que habitualmente compram produtos tradicionais de reconhecida qualidade e que apreciam eventos com bons momentos de animação e lazer. -----

Neste evento a Chaves Viva é responsável pela Animação, Artesanato, Apresentações Públicas e Publicidade. -----

1.4. CONCERTOS SEMANAIS -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar uma ou duas actividades culturais de interesse, durante todas as Quintas-feiras e Sextas-feiras do ano, quer seja uma das atrás mencionadas, quer seja outra actividade, essencialmente concertos musicais que poderão ir do Clássico ao Jazz, do Popular ao Folk, do Etnográfico à Musica Coral.

1.5. EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS -----

A Chaves Viva compromete-se à realização constante de exposições de Artes Plásticas. Tais exposições terão um carácter didáctico e pedagógico que as direcione para a população em geral e escolar. Pretende-se divulgar e promover o trabalho de artistas plásticos. No ano de 2009, mercê de uma parceria com a Casa de Cultura de Vidago esta vila cultural, também, na Galeria de Arte Maria Priscila, exposições de alguns artistas plásticos. -----

1.6. CONCERTOS COM BANDAS FILARMÓNICAS DO CONCELHO -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar, no âmbito de um protocolo com as Bandas Filarmónicas do concelho de Chaves vários concertos ao longo do ano, no Auditório do Centro Cultural de Chaves e ao ar livre. -----

1.7. ACTUAÇÃO DOS RANCHOS FOLCLÓRICOS DO CONCELHO DE CHAVES E ACTUAÇÃO DOS GRUPOS CORAIS E MÚSICAIS DO CONCELHO DE CHAVES -----

A Chaves Viva compromete-se à realização de várias actuações com os ranchos do concelho de Chaves, nomeadamente no evento Sabores e Saberes de Chaves, nas comemorações do 25 de Abril, Festas da Cidade e na Feira dos Santos, assim como as várias actuações com o Grupo Coral e outros grupos Musicais do concelho de Chaves. -----

1.8. CONCERTOS COM A ORQUESTRA DO NORTE -----

No âmbito do protocolo estabelecido entre a Associação Norte Cultural e a Câmara Municipal de Chaves, a Chaves Viva compromete-se a realizar, como já vem sendo habitual, concertos pela Orquestra do Norte, num total de três, sendo um deles por ocasião das festas da cidade e do município. -----

1.9. APOIO À JUVENTUDE - BANDAS DE GARAGEM -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar durante o ano, espectáculos com as várias bandas de garagem afim de promover a sua criatividade e dinamismo e ajudá-los na preparação para o Rock Chaves Festival 2009. -----

1.10. FESTAS COMEMORATIVAS DO 25 DE ABRIL

A Chaves Viva compromete-se a realizar um Encontro de Ranchos Folclóricos do Concelho de Chaves e a selecção de um Grupo Musical Dançante. -----

1.11. 27 FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar o 27 Festival Internacional de Teatro. É uma iniciativa conjunta entre o Teatro de Vila Real e a Associação Chaves Viva, contando com o apoio da Direcção Regional da Cultura do Norte. -----

É composto por quatro espectáculos, de 27 de Março a 27 de Abril, seguindo uma estratégia de descentralização do teatro, que se pretende consolidar. -----

1.12. ESPECTÁCULOS DE TEATRO -----

A Chaves Viva compromete-se à apresentação de Peças de Teatro ao ar livre no Verão e no Auditório do Centro Cultural de Chaves no Inverno. As peças ao ar livre terão a particularidade de serem teatro Comédia, por não exigirem tanta concentração por parte do público e assim desta forma os espectadores poderão desfrutar das apetecíveis noites de Verão. -----

1.13. CINEMA AO AR LIVRE -----

A Chaves Viva compromete-se à exibição de estreias de filmes em espaço aberto, durante o período de Verão (de Junho a Setembro será exibido um filme em dia de Semana de cada mês a designar), preferencialmente filmes de comédia. -----

1.14. FESTIVAL ROCK CHAVES 2009 -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar o Festival "Festival Rock Chaves 2009". Trata-se de um concurso de Bandas de Garagem para jovens com talento na área musical, dando a possibilidade de promover as suas Bandas, conferindo-lhe a oportunidade de lançamento no panorama artístico nacional. -----

O festival organizado pela "Chaves Viva", realiza-se todos os anos no mês de Julho no Forte de S. Neutel, desde o ano de 2004. -----

A iniciativa é já uma referência para promover novos talentos ocultos que surjam cada ano na área da música rock de todo o concelho de Chaves. -----

Para um maior incentivo, ao vencedor é dado um prémio monetário e a possibilidade de actuar junto de grandes nomes da música portuguesa. A juntar a toda a promoção das bandas de garagem, o Festival conta todos os anos com a participação de vários DJ's de renome nacional e vários grupos musicais. -----

O ponto alto do "Festival Rock Chaves 2009" é a actuação de um artista ou grupo de renome a nível nacional. -----

Com esta iniciativa o Município de Chaves e a Chaves Viva valorizam e promovem o talento dos seus jovens, ajudando-os a concretizar os seus sonhos no plano artístico e musical. -----

1.15. PRIMEIRAS JORNADAS LUSO - GALAICAS DE FOLCLORE -----

Este evento é composto por um colóquio, duas actuações com dois grupos de referência convidados, um galego, outro nacional. -----

1.16. FESTAS DA CIDADE DE CHAVES -----

A Chaves Viva compromete-se a durante cerca de duas semanas apresentar um conjunto de actividades culturais das mais variadas áreas, entre elas um Encontro de Ranchos Folclóricos do concelho. Todas as noites são preenchidas com muita animação. O auge de actividades culturais é atingido no dia 8 de Julho com iniciativas de hora a hora, terminando à meia noite com um espectáculo pirotécnico. -----

1.17. DESFILES DE MODA -----

A Chaves Viva compromete-se continuar a realizar desfiles de moda com manequins profissionais, com a presença de um actor / actriz mediática. Será realizado nos moldes do Desfile de Moda 2008, desta vez em colaboração com a ProCentro - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves. Apoio aos criadores locais. -----

1.18. VERBENA NO JARDIM PÚBLICO -----

A Chaves Viva compromete-se a recriar as verbenas do magnífico e renovado Jardim Público, no primeiro fim-de-semana de Agosto, nos dias 7,8, e 9. -----

Nestes dias pretende-se a actuação de diversos agrupamentos musicais de cariz popular, no qual durante os três dias haverá uma amostra de artesanato e gastronomia tradicional. -----

Com esta iniciativa o Município de Chaves e a Chaves Viva pretendem valorizar e dinamizar o Jardim Público, para que este evento possa criar uma dinâmica que traga mais valias aos Municípios. -----

1.19. CHAVESNOIVOS - FEIRA DE SERVIÇOS E PREPARATIVOS PARA O CASAMENTO -----

A Chaves Viva compromete-se a apoiar no dia 12 e 13 de Agosto no Pavilhão Gimnodesportivo a Expocasamento onde estarão representados os sectores de catering, quintas, hotéis, brindes e convites, fotografia e vídeo, lista de casamento, imprensa, fatos de noivo, joalheria, animação, pirotecnia, aluguer de viaturas, cosmética, gabinetes de estética, pastelaria e confeitaria, sapatarias, mobiliário e decoração, imobiliárias, etc. Trata-se de um evento composto por um desfile de vestidos de noiva, animação de rua, degustação de espumantes e sorteios. -----

1.20. JORNADAS INTERNACIONAIS DE FOLCLORE -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar o festival denominado "Xornadas de Folclore de Orense" que surge no âmbito da parceria da Chaves Viva com Casa da Cultura de Ourense. -----

Decorre durante a primeira quinzena de Agosto, tem lugar em Chaves e nas dezasseis cidades e vilas mais importantes da província de Ourense. -----

Tem como principal objectivo uma interacção com a vizinha Galiza, assim como a intenção de divulgar a arte, a cultura e as tradições populares de todo o mundo. -----

1.21. FESTIVIDADES EM HONRA DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar no terceiro fim de semana do mês de Setembro mais uma edição das Festividades em Honra de Nossa Senhora das Graças. Trata-se de um evento de cariz religioso e baseado na tradição. Para a sua prossecução contamos novamente com a colaboração da Paróquia de Santa Maria Maior e Paróquia da Madalena como co-organizadores e com todas as paróquias do concelho como impulsionadoras da importância da religião na vida das suas comunidades. -----

1.22. ANIMAÇÃO DA FEIRA DOS SANTOS -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar, no âmbito de um protocolo com a ACISAT, a animação da Feira dos Santos uma vez que poderá ser mais uma vez, de responsabilidade da Chaves Viva. -----

1.23. FESTIVAL DOURO JAZZ -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar o Festival Douro Jazz. Este Certame que conta já com a sua quinta edição, organizado pelo Teatro de Vila Real, a Chaves Viva e o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, o Teatro Municipal de Bragança e a Câmara Municipal S. João da Pesqueira. O programa do festival desenrola-se de 22 de Setembro

a 21 de Outubro, onde decorrerão quatro espectáculos de JAZZ na mesma cidade. -----

1.24. OUTONALIDADES -----

A Chaves Viva compromete-se a apresentar o "Outonalidades". O circuito português de música ao vivo "OuTonalidades", que vai para a sua 12ª edição, vai estender a sua implantação em 2009 a quase toda geografia nacional, literalmente de norte a sul. Além disso, para esta 12ª edição, o OuTonalidades acaba de estabelecer um convénio com a AGADIC - Axencia Galega das Industrias Culturais (ex. IGAEM) que garante o inédito alargamento do circuito também à Galiza. Haverá lugar à participação de vários grupos portugueses do OuTonalidades na Galiza, bem como à presença no circuito português de grupos da Rede Galega de Música ao Vivo. -----

O OuTonalidades emerge como um circuito que estimula o sentido de rede de pequenos espectáculos em pequenos espaços mas com o envolvimento e visibilidade dos grandes acontecimentos, promove a divulgação dos espaços a um público geograficamente diverso e, principalmente, proporciona o baixo custo de espectáculos tendo em conta a sua qualidade. Com este evento pretendem cativar-se os públicos para propostas inéditas no circuito, provocando a migração que tem feito deste circuito ponto de referência e envolvimento regional. -----

1.25. CICLO DE CINEMA PORTUGUÊS - PROGRAMA DE ITINERÂNCIA CINEMATOGRAFICA -----

A Chaves Viva compromete-se a realizar, mediante aprovação do Ministério da Cultura, o PIC - Programa de Itinerância Cinematográfica. No seguimento do que tem sido feito em anos anteriores, será realizada uma candidatura ao ICAM. No caso de ser aprovada, serão exibidos filmes de longa-metragem, curta-metragem e filmes das escolas de produção nacional. Ambicionamos com isto manter uma campanha a favor do nosso cinema e permitir ao público o visionamento de diversas obras que de outra forma nunca poderiam ser vistas, enquadrado numa política de criação e formação de público, pois consideramos premente sensibilizar em particular os jovens para a importância que a criação cinematográfica nacional tem na afirmação da nossa cultura. Será a quarta edição deste ciclo de cinema português. -----

1.26. GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E GESTÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM E LUZ -----

A Chaves Viva compromete-se a gerir a Sala Multiusos do Centro Cultural de Chaves, Auditório do Centro Cultural de Chaves e Equipamento de Som e Luz, Cadeiras e outros equipamentos quer para utilização própria, quer para apoio a outras entidades. -----

1.27. PROTOCOLOS COM ENTIDADES CULTURAIS -----

A Chaves Viva compromete-se a manter os protocolos de cooperação com Entidades Culturais do país e estrangeiro, com o objectivo de apresentar em Chaves, novidades e eventos interessantes, quer directamente, quer através do Município de Chaves. Prosseguirá com os Protocolos com: -----

- o **Teatro de Vila Real** (Festival Douro Jazz, FAN - Festival de Ano Novo e 27 Festival Internacional de Teatro); -----
- o **Cooperativa Culturactiva da Galiza** (Intercâmbios e workshops);
- o **Cooperativa Árvore** (Exposições de Artes Plásticas); -----
- o **ACISAT** (Animação da feira dos Santos); -----
- o **Casa da Cultura de Ourense** (Xornadas de Folclore); -----
- o **Casa da Cultura de Vidago** (Exposições de Artes Plásticas); ---

- o **Associação D'Orfeu - Águeda** (Outonalidades); -----
- o **ProCentro** (Desfile de Moda); -----
- o **Ayuntamiento de Verin** (Exposições de Artes Plásticas); -----
- o **Associação Norte Portugal** (Concertos com a Orquestra do Norte);
- o **Bandas Filarmónicas do Concelho de Chaves.** -----

1.28. APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES -----

A Chaves Viva compromete-se a apoiar as associações culturais e estabelecimentos de educação do concelho de Chaves, estimulando, colaborando na organização de espectáculos, exposições, através da cedência de espaços e equipamento de som e luz. -----

1.29. OUTROS PROJECTOS QUE A AUTARQUIA ENTENDA PODEREM SER DESENVOLVIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CHAVES VIVA -----

A Chaves Viva compromete-se a desenvolver todos os projectos que a Autarquia lhe incumba. -----

2 - DURAÇÃO -----

A vigência do presente protocolo de colaboração é de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2009. -----

3 - FINANCIAMENTO -----

Para a concretização das obrigações assumidas pela Associação Chaves Viva, em sede do presente protocolo de colaboração, a Câmara compromete-se ao pagamento à Chaves Viva, de um subsídio no montante global de **240.000,00 €** (duzentos e quarenta mil euros). -----

3.1. A Câmara compromete-se a processar o pagamento daquele montante, de acordo com o seguinte plano: -----

- Janeiro	€ 20.000,00	-----
- Fevereiro	€ 20.000,00	-----
- Março	€ 20.000,00	-----
- Abril	€ 20.000,00	-----
- Maio	€ 20.000,00	-----
- Junho	€ 20.000,00	-----
- Julho	€ 20.000,00	-----
- Agosto	€ 20.000,00	-----
- Setembro	€ 20.000,00	-----
- Outubro	€ 20.000,00	-----
- Novembro	€ 20.000,00	-----
- Dezembro	€ 20.000,00	-----

3.2. - Sem prejuízo do disposto ponto anterior, a Chaves Viva compromete-se a procurar outras fontes de financiamento, nomeadamente através de candidaturas a Programas nacionais ou comunitários, venda de espectáculos ou angariações de patrocínios privados e públicos. -----

3.3 - No prazo de 120 dias, após o termo do presente protocolo de colaboração, a "Chaves Viva" apresentará à Câmara relatório das actividades e contas, que possibilite uma avaliação cabal da concretização das obrigações por aquela assumidas. -----

4 - As dúvidas que porventura surjam na identificação e aplicação do presente protocolo de colaboração, serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal. -----

Chaves, __ de Janeiro 2009 -----

Presidente da Câmara -----

(Dr. João Batista) -----

Associação Chaves Viva -----

(Dr. António Alves Ramos) -----

Sr. Rufino Augusto Martins)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da

Silva Ferreira Caetano, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, aprovar a referida proposta, tendo o Senhor Vice-Presidente da Câmara usado o Voto de Qualidade. Notifique-se. -----

Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Socialista, formularam a seguinte questão: -----

"Para além do avultado subsídio da Câmara, que outras fontes de financiamento, nacionais e comunitários, tem conquistado a Chaves Viva, que espectáculos tem conseguido vender e por que montantes e quais os patrocínios privados e públicos que angariou?" -----

2.2. REALIZAÇÃO DO EVENTO "FESTIMAGE/09". PROPOSTA Nº 7/GAPV/09 ----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

- Antecedentes e Justificação -----

1. Na sequência da concretização e sucesso da primeira, segunda e terceira edição do FESTIMAGE, veio, o Semanário Transmontano, Lda. colocar à apreciação da Câmara Municipal de Chaves a concretização da quarta edição do certame supra indicado. -----

2. Tal como determinado no projecto inicial, o projecto é de iniciativa e concepção da exclusiva responsabilidade do Semanário Transmontano, e dá continuidade ao concurso e exposições de todo o tipo de imagens que, nos termos do Regulamento, sejam remetidas para a entidade promotora/organizadora. -----

3. Pretende-se, com esta nova edição, manter a parceria anteriormente estabelecida bem como alcançar o objectivo de consolidar, ao longo do tempo, na Cidade de Chaves um evento, de natureza lúdica e cultural, que, pelo impacte perspectivado, permita projectar, no País e fora dele, o nome da cidade. -----

4. Pretende-se, ainda, manter a dinâmica local encontrada no certame anterior, designadamente comercial, turística e qualificadora dos diversos espaços públicos existentes, o que confere, ao projecto, um cariz de reconhecido interesse público. -----

5. Tal como aconteceu em 2006, 2007 e 2008, considera-se que devem ser encetados esforços no sentido de envolver entidades terceiras no desenvolvimento do projecto (a saber: Turismo de Portugal, CCDR-N, Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER e ACISAT). -----

6. Da nova parceria a estabelecer entre a Autarquia e o Semanário Transmontano, irá resultar para ambas as partes, um conjunto de obrigações, ulteriormente vertidas no orçamento a aprovar, que, sumariamente são as seguintes: -----

Obrigações do Semanário Transmontano: -----

a) Conceber e realizar, anualmente, o FESTIMAGE - Festival Internacional de Imagem de Chaves; -----

b) Reformular e adequar o funcionamento do Portal concebido para a edição anterior de modo a permitir a introdução de novos conteúdos e de incorporar as correcções das lacunas detectadas no seu funcionamento (nomeadamente, actualizar site e acrescentar o italiano aos idiomas em que o site é disponibilizado); -----

c) Elaborar o regulamento disciplinador do concurso, bem como liderar todas as tarefas de acompanhamento do próprio evento, quer do ponto de vista artístico, quer do ponto de vista logístico. ----

d) Garantir o tratamento digital dos trabalhos apresentados, com vista a sua ampliação e/ou projecção. -----

e) Proceder à inventariação de empresas multinacionais que, pela sua actividade, possam ser cativadas para colocar "banners" publicitários no portal. -----

Obrigações do Município de Chaves: -----

Por sua vez, a Autarquia deverá assumir, no âmbito da concretização anual de tal evento, como obrigação primordial, o financiamento dos encargos e ou custos do certame, e cuja discriminação se encontra prevista no orçamento (anexo à presente proposta) e cujo valor global previsional é de 37.100,00€ (Trinta e Sete Mil e Cem Euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, incluindo-se aqui, também, o montante dos prémios a atribuir aos Vencedores. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, considerando o reconhecido interesse público que está associado à concretização do projecto FESTIMAGE na cidade de Chaves;

1 - Considerando que, tal evento, de natureza lúdica e cultural, organizado com a periodicidade anual, que constitui um factor de aproximação de diferentes povos, culturas e civilizações, com recurso às actuais tecnologias de comunicação, tornando próximas pessoas fisicamente distantes; -----

2 - Considerando que nos termos do disposto na Lei n.º 159/99, de 18 de Setembro, dispõem as Autarquias Locais de atribuições, entre outras áreas de intervenção municipal, no domínio do património, cultural e ciência e da promoção do desenvolvimento local; -----

3 - Considerando, por último, o estipulado na clausula 2ª do contrato de prestação de serviços assinado como Semanário Transmontano, Lda. que determina que "A realização destes serviços (...) deverá ser assegurada pelo segundo outorgante nos anos subsequentes e de acordo com a actualização do respectivo orçamento económico, devidamente aprovado pelo primeiro outorgante, sob proposta do segundo outorgante.", sendo o primeiro outorgante o Município de Chaves e o segundo outorgante o Semanário Transmontano; Em coerência com as razões de facto de direito acima enunciadas serve, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 86º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) seja autorizada a renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com o Semanário Transmontano, Lda. tendo como objecto a realização do evento FESTIMAGE - Festival Internacional de Imagem de Chaves - Edição 2009; -----

b) Que, para o efeito, seja também aprovada a estimativa global dos encargos a suportar pela Autarquia fixada para a realização do dito evento e durante o ano em curso, em € 37.100,00, acrescido de IVA a taxa legal em vigor, conforme orçamento anexo; -----

c) As despesas emergentes da renovação do contrato de prestação de serviços em causa, nos termos da fundamentação anteriormente apresentada, têm cobertura orçamental através da seguinte rubrica prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor na Autarquia 02.02.20.01. -----

Chaves, 2 de Fevereiro de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

Em anexo: Orçamento. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Dr.ª Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração: -----
 "Os Vereadores do Partido Socialista, abstêm-se na presente votação, em coerência com a posição assumida, em anos anteriores, sobre matéria em questão." -----

2.3. EXTINÇÃO DA COMUNIDADE URBANA DE TRÁS-OS-MONTES, E PARTILHA DO PATRIMÓNIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 39º DA LEI N.º 45/2008, DE 27 DE AGOSTO. PROPOSTA N.º.8/GAPV/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Da Justificação -----

1 Considerando que ao abrigo do disposto na Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio, dezasseis municípios - Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais, constituíram, por escritura pública de 9 de Junho de 2004, publicada no Diário da República n.º 180, III Série, de 2 de Agosto de 2004, uma associação pública denominada Comunidade Urbana de Trás-os-Montes; -----

2 Considerando que a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes não instalou os seus órgãos, sendo gerida, até à presente data, pela Comissão Instaladora, uma vez que tendo esta elaborado e aprovado o regulamento eleitoral para a assembleia da Comunidade Urbana e marcado como data da sua eleição o dia 17 de Dezembro de 2004, foi intentada providência cautelar pelo Magistrado do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, de suspensão da eficácia de normas e suspensão da eficácia de acto administrativo, com o seu decretamento provisório, prévia à instauração da acção principal, contra a Comissão Instaladora da ComUrb e contra os contra-interessados municípios de Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais;

3 Considerando o novo regime jurídico do associativismo municipal, Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, prevê que estas associações correspondam a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III; -----

4 Considerando que a NUT III Alto Trás-os-Montes tem 15 municípios, menos um que a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, que já aprovaram nas assembleias municipais a sua integração na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes CIM-TM e os respectivos estatutos; -----

5 Considerando que o Município de Freixo de Espada à Cinta integra a NUT III - Douro e, conseqüentemente, a já criada CIM-Douro; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima enunciadas tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja extinta a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, na forma de dissolução e liquidação simultâneas, com partilha imediata do património; -----

- b) Que a repartição do património da ComUrTM, no valor de € 398.746,00 (trezentos e noventa e oito mil setecentos e quarenta e seis euros), seja feita nos termos do mapa que se anexa; -----
- c) Que o valor resultante da repartição do património referente a este município, seja transferido para a CIM-TM, como crédito das futuras participações do município; -----
- d) Por último, caso a presente Proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo municipal, a mesma deverá ser agendada para uma próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento das alíneas a) e b), por parte do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto da Lei n.º 169/99, de 18 Setembro e ulteriores alterações. -----
- Chaves, 2 de Fevereiro de 2009 -----
- O Presidente da Câmara Municipal, -----
- (Dr. João Batista) -----
- DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

2.4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE. PROPOSTA Nº.9/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação -----

1. Considerando que o órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no pretérito dia 21 de Abril de 2003, aprovou o Regulamento Municipal de Publicidade; -----
2. Considerando que o Município de Chaves reconhece o papel primordial que a publicidade desempenha na divulgação e no desenvolvimento da actividade económica dos agentes envolvidos; ----
3. Considerando que a publicidade é hoje, mais do que nunca, um meio indispensável de transmissão da mensagem de prestação dos respectivos serviços que os estabelecimentos disponibilizam; -----
4. Considerando que a publicidade acarreta custos significativos;
5. Considerando que a aplicação quotidiana das taxas estabelecidas no Regulamento Municipal de Publicidade e constantes do seu anexo - Anexo I -, vieram a evidenciar a necessidade de adoptar uma medida de auxílio ao combate à crise económica registada no meio empresarial, muito particularmente a crise sentida pelos pequenos comerciantes; -----
6. Considerando que o nº 2 e 3, do art. 12º, da Lei das Finanças Locais, prevê, no seu clausulado, que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, tem a faculdade de conceder isenções totais ou parciais, pelo período máximo de 5 anos eventualmente prorrogável por igual período, relativamente a taxas municipais; -----
7. Considerando, por isso, que tal faculdade se insere no âmbito dos poderes tributários municipais, de acordo com o princípio da respectiva autonomia financeira, nos termos do disposto na alín. d), do art. 11º, da Lei das Finanças Locais; -----
8. Considerando que, neste contexto, dispondo o Município de Chaves da faculdade de contemplar no clausulado do Regulamento Municipal de Publicidade situações específicas de isenção do pagamento das respectivas taxas, tais situações não ficarão dispensadas da apresentação do pedido de licenciamento nos termos

previstos no referido Regulamento, com vista a que seja assegurado o equilíbrio do meio urbano e a salvaguarda da protecção ambiental; --
 9. Considerando, por último, que nos termos do disposto nas disposições combinadas previstas, respectivamente, na alínea a), do n.º 6, do art. 64.º e na alínea e), do n.º 2, do art. 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e da alín. d), do art. 11º e dos n.ºs. 2 e 3, do art. 12º, da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, conceder isenções, totais ou parciais, quer relativamente aos impostos cuja receita reverta para o Município, quer relativamente a taxas municipais; ---

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo camarário a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que, ao abrigo do disposto na alín. a), do n.º 6, do art. 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada, pelo Executivo Municipal, a presente Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade¹, no sentido do seu artigo 14º passar a ter a seguinte redacção: -----

"Artigo 14º -----

Taxas -----

1. (...) -----
2. (...) -----
3. (...) -----

4. Está isenta do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento toda a publicidade colocada nos respectivos estabelecimentos comerciais de venda ao público e prestação de serviços com sede no concelho de Chaves, excepto os estabelecimentos de comércio a retalho, de comércio por grosso em livre serviços e os conjuntos comerciais, abrangidos pelo art. 4º, da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, bem como todos os estabelecimentos comerciais que, embora não abrangidos por tal regime legal, devam ser considerados

¹ De acordo com o disposto no n.º1, do art. 118º, do Código do Procedimento Administrativo, o órgão competente deve, em regra, nos termos a definir em legislação própria, submeter à apreciação pública, para recolha de sugestões, o projecto de regulamento, o qual, será, para o efeito, publicado na II - série do D.R ou no Jornal Oficial da entidade em causa. A verdade é que, até à presente data, não existe ainda legislação, com carácter geral, reguladora do quadro legal da discussão pública dos projectos de regulamentos e que, como tal, determine a obrigatoriedade desse procedimento, salvo no que respeita aos instrumentos municipais de ordenamento do território, bem como quanto aos projectos dos regulamentos municipais relativos ao lançamento de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas e dos regulamentos municipais de edificação e urbanização. Neste enfoque, não havendo lugar a tal formalidade - apreciação pública - não haverá também lugar à publicação, para esse efeito, dos regulamentos e dos projectos de regulamentos. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao presente Regulamento apenas se deverá observar a forma fixada no n.º1, do art. 91º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

de dimensão relevante ou não detenham a sua sede estatutária no concelho de Chaves. -----

5. Nos casos previstos na 1ª parte do número anterior, embora estejam isentos do pagamento das respectivas taxas, não é dispensado o pedido de licenciamento do respectivo suporte publicitário, nos termos do presente Regulamento. -----

6. A isenção do pagamento de taxas previstas no nº 4, do presente artigo, é concedida por um período de um ano, sendo possível a sua renovação, até ao limite máximo de cinco anos, mediante deliberação do órgão executivo." -----

b) Em tudo mais dever-se-ão manter válidas as disposições fixadas no aludido Regulamento; -----

c) Alcançado tal desiderato, deverá a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea e), do n.º 2, do art. 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/12 e ulteriores alterações; -----

d) Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento Municipal de Publicidade, no cumprimento do disposto no art. 91º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, ou seja, através de edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão, bem como, em Boletim da Autarquia e no Jornal Regional da área do Município. -----

Chaves, 30 de Janeiro de 2009 -----

Presidente da Câmara, -----

(Dr. João Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3. FREGUESIAS

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O AGRUPAMENTO VERTICAL DE VIDAGO E PARA O AGRUPAMENTO VERTICAL DR. FRANCISCO GONÇALVES CARNEIRO INFORMAÇÃO N.º 22/DED/09 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Exposição -----

No âmbito das actividades de enriquecimento curricular e de acordo com o ponto 7 do artigo 3º do Regulamento de acesso ao financiamento do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do ensino básico, que consta no Despacho n.º.14460/2008 de 26 de Maio, do Ministério da Educação, há a possibilidade de uma comparticipação financeira pela disponibilização de alguns recursos humanos afectos aos Agrupamentos Dr. Francisco Gonçalves Carneiro e de Vidago. -----

1.Agrupamento Vertical de Vidago: -----
Considerando que a comparticipação do Ministério da Educação relativamente ao Agrupamento de Vidago foi de € 41.475,00 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e cinco euros). -----

Pela totalidade de alunos inscritos e pelas actividades escolhidas pelo próprio Agrupamento, a Divisão de Educação e Desporto informa o seguinte: -----

a) Com a contratação por parte do Município dos professores necessários para a viabilização das actividades nas restantes escolas do Agrupamento, estima-se até ao final do ano lectivo uma despesa no valor de € 32.950,00 (trinta e dois mil, novecentos e cinquenta euros); -----

b) Com a aquisição dos livros escolares para todos os alunos e consumíveis, foram despendidos € 2.500,00 (dos mil e quinhentos euros); -----

c) O Município de Chaves assume como despesa estimativa para o Agrupamento de Vidago cerca de € 35.475,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco euros).-----

2. Agrupamento Vertical Dr. Francisco Gonçalves Carneiro: -----
Considerando que a comparticipação do Ministério da Educação relativamente ao Agrupamento Dr. Francisco Gonçalves Carneiro foi de € 139.650,00 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta euros). -----

Pela totalidade de alunos inscritos e pelas actividades escolhidas pelo próprio Agrupamento, a Divisão de Educação e Desporto informa o seguinte: -----

a)Com a contratação por parte do Município dos professores necessários para a viabilização das actividades nas restantes escolas do Agrupamento, estima-se até ao final do ano lectivo uma despesa no valor de € 132.000,00 (cento e trinta e dois mil euros);

b) Com a aquisição dos livros escolares para todos os alunos e consumíveis, foram despendidos € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros); -----

c) O Município de Chaves assumiu como despesas para Agrupamento Vertical Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (cento e trinta e seis mil e quinhentos euros). -----

II - Da Proposta -----
Tendo em conta os aspectos enunciados e considerando o valor da diferença entre os gastos do Município e o valor transferido pelo Ministério da Educação, propõe-se o seguinte: -----

1. Que o valor da comparticipação financeira para o Agrupamento Vertical de Vidago, no âmbito da disponibilização de Recursos Humanos para as actividades de enriquecimento curricular, seja de € 6.000 (seis mil euros); -----

2.Que o valor da comparticipação financeira para o Agrupamento Vertical Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, no âmbito da disponibilização de Recursos Humanos para as actividades de enriquecimento curricular, seja de € 3.150 (três mil, cento e cinquenta euros); -----

3.Caso seja aceite o valor proposto pela Divisão de Educação e Desporto, que o mesmo seja comunicado aos Agrupamentos e que seja realizada a transferência para os aludidos Agrupamentos de Escolas, de acordo com o estipulado no acordo de colaboração que se anexa à presente informação.-----

4.Caso esta proposta mereça a concordância de V. Ex^a, mais se sugere que a mesma seja remetida à próxima reunião de Câmara para deliberação.-----

À consideração Superior.-----

A Técnica Superior -----

(Zuleika Alves)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2009.01.27 -----

Visto. À consideração do Director de Departamento.-----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.01.27-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2009.02.02. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO. INFORMAÇÃO N.º. 33/DED/09 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da informação n.º443/DED/ de 28 de Novembro de 2008 e de acordo com a deliberação de Câmara, datada do pretérito dia 04/12/2008, foram autorizadas as participações, referentes ao ano lectivo 2008/2009, dos pedidos de participação de passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário. -----

Considerando que, posteriormente, deram entrada nos Serviços de Expediente Geral, pedidos de participação, por parte de encarregados de educação de alunos a frequentar o ensino Secundário, justificados pelo agravamento da sua situação sócio económica (alunos que ficaram órfãos e alunos de extrema pobreza); -----

Considerando que a Junta de Freguesia de St^a Leocádia veio informar que o aluno Hugo Rafael Matias, participado a 50%, por motivos familiares passou a residir com a avó materna e que esta não tem possibilidades económicas para custear os restantes 50% do valor do passe escolar; -----

Considerando o pedido da Escola Secundária Dr. António Granjo, referente ao aluno Tiago Rafael Martins Saavedra, que frequenta o 11º ano e que devido à sua situação familiar não tem condições para suportar o pagamento na íntegra do passe escolar; -----

Considerando que o encarregado de educação da aluna Carla Sofia Santos Rodrigues, veio solicitar junto da Divisão de Educação e Desporto, a participação referente ao 2º período do passe escolar da sua educanda, em virtude de ter dificuldades para suportar esta despesa. -----

Considerando que a referida aluna tem duas irmãs, na Escola Secundária Dr. Júlio Martins, que se encontram a beneficiar deste apoio a 50%; -----

Considerando que por lapso do referido encarregado de educação, este não procedeu, atempadamente à entrega do respectivo pedido de participação de passe escolar, referente à retro mencionada aluna; -----

Considerando que os alunos Catarina Alexandra dos Santos Batista e Bruno Alexandre dos Santos Batista, comparticipados a 25%, entregaram nestes serviços as declarações da Escola Secundária Dr. António Granjo, em como passaram a beneficiar do escalão A. -----
 Assim e face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a V^a Ex^a que seja autorizadas as seguintes comparticipações, com efeitos a partir do 2º período do ano lectivo em curso. -----

- Kevin Ferreira Rosa, residente na Freguesia de Ervededo, a frequentar a Escola Secundária Fernão Magalhães - Comparticipação a 100%; -----
- Stephanie Ferreira Rosa, residente na Freguesia de Ervededo, a frequentar a Escola Secundária Fernão Magalhães - Comparticipação a 100%; -----
- Hugo Rafael Matias, residente na Freguesia de St^a. Leocádia, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 100%; -----
- David Pereira Alves, residente na Freguesia de Moreiras, a frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins - Comparticipação a 100%; -----
- Antony Pereira Alves, residente na Freguesia de Moreiras, a frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins - Comparticipação a 100%; -----
- Tiago Rafael Martins Saavedra, residente na Freguesia de São Pedro Agostem, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 100%; -----
- Bruno Alexandre Santos Batista, residente na Freguesia Vila Verde da Raia, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 50%; -----
- Catarina Alexandra Santos Batista, residente na Freguesia Vila Verde da Raia, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 50%; -----
- Carla Sofia Santos Rodrigues, residente na Freguesia de Travancas, a frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins - Comparticipação a 50%; -----
- Rafael Costa Portugal, residente na Freguesia de Póvoa de Agrações, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 50%; -----
- Sílvia Parada Pires, residente na Freguesia de Águas Frias, a frequentar a Escola Secundária Fernão de Magalhães - Comparticipação a 50%; -----
- Veronique Moura Cabo, residente na Freguesia de Moreiras, a frequentar a Escola Secundária Fernão de Magalhães - Comparticipação a 50%; -----
- Stefany Ramos Rodrigues, residente na Freguesia de São Pedro de Agostem, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 50%; -----
- Pedro Miguel Teixeira Costa, residente na Freguesia de Vila Verde da Raia, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 50%; -----
- Cláudia Sofia Conceição Videira, residente na Freguesia de Oucidres, a frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins - Comparticipação a 50%; -----
- Soraia Alexandra Araújo Martins, residente na Freguesia de Santo António de Monforte, a frequentar a Escola Secundária Fernão de Magalhães - Comparticipação a 50%; -----

- Marta Castro Silva residente na Freguesia de Ervededo, a frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins - Comparticipação a 50%; -----

- Samuel José Teixeira, residente na Freguesia de Travancas, a frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins - Comparticipação a 25%; -----

- Marco Aurélio Rua Espírito Santo, residente na Freguesia de Santo António de Monforte, a frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins - Comparticipação a 25%; -----

- Dina Cláudia Teixeira Alves, residente na Freguesia de Arcossó, a frequentar a Escola Secundária Dr. António Granjo - Comparticipação a 25%; -----

Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) O seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação;

b) Posteriormente, dar-se o devido conhecimento à Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial. -----

À consideração superior. -----

A Chefe de Divisão de Educação e Desporto, -----
(Dra. Lúcia Pinto) -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.01.28-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.02.02. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

ACÇÃO SOCIAL:

1. COMPROMISSO DE COLABORAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES QUE CONSTITUEM O NÚCLEO TERRITORIAL DO PROGRAMA DE RESPOSTAS INTEGRADAS DO TERRITÓRIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO N.º 14/DAS/09

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Decorrente da extinção dos Planos Municipais de Prevenção Primária das Toxicodependências, integrados no Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência - Horizonte 2004 - é apresentado, no quarto trimestre de 2006, por parte do Instituto da Droga e Toxicodependência, um novo programa designado por PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas). -----

Este Programa assume como principal mote de actuação uma intervenção integrada, no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, procurando potenciar as sinergias disponíveis em cada território, através da implementação de PRI's (Planos de Respostas Integradas).

Os PRI's são programas de acção territorial que integram respostas transdisciplinares (prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção social) e reflectem o diagnóstico do território.-----

No seguimento das negociações efectuadas tendentes à promoção de estratégias de intervenção mediante a conjugação total ou parcial dos vários eixos de intervenção, viria a ser assinado um compromisso de colaboração do Programa de Respostas Integradas do Território de Chaves. O presente compromisso, assinado em Dezembro último entre o Instituto da Droga e Toxicodependência, a Câmara Municipal de Chaves, Santa Casa da Misericórdia de Chaves e a Escola Secundária Dr. António Granjo, é constituído por três eixos de actuação, os quais se dão por integralmente reproduzidos, em anexo à presente informação.-----

Assim, no cumprimento das orientações superiormente emanadas, sugere-se que o assunto supra seja levado ao conhecimento do Executivo Municipal, presente na próxima reunião de Câmara.-----

À consideração Superior -----

O Técnico Superior de Serviço Social -----

Aureliano António Freitas de Moraes -----

Em anexo: aludida documentação.-----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.01.23-----

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dr.^a Maria de Lurdes Campos. -----

DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL, DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.01.30. -----

Visto. À reunião de câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. INFORMAÇÃO N.º. 32/DAS/09. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

Introdução -----

O início do século XXI ficará recordado na história da humanidade como um período de profunda crispação social, reflexo da crise económica e financeira que emergiu em meados de 2008 a partir da economia norte americana e que, rapidamente se alastrou a toda a economia mundial. Trata-se de uma crise de contornos atípicos, cuja profundidade e extensão são de difícil previsão.-----

Vivemos um período de profunda instabilidade e incerteza em que a economia começa a dar os primeiros sintomas de recessão - endividamento das famílias, redução do consumo privado, aumento de stocks, diminuição da produção, deflação, encerramento de empresas, desemprego - é apenas um dos muitos percursos que a crise económica consegue desbravar e que, muito para além da forma ou conteúdo das suas características, são inegáveis os seus efeitos em matéria de emprego/desemprego que certamente começa a afectar muitas famílias portuguesas. -----

No último trimestre do ano de 2008, o governo português anunciou um conjunto de medidas para fazer face à crise, presente ao longo do ano de 2009 e certamente o de 2010. Medidas como, o relançamento do

investimento público em infra-estruturas rodoviárias e de educação ou ainda ajudas financeiras às empresas do ramo automóvel, tem como efeito atenuar situações de desequilíbrio geradas numa economia de profunda contracção. -----

Enquadramento -----

Sendo certo os efeitos nefastos que esta crise provocará na actividade empresarial, a intervenção pública deve pautar-se não apenas por medidas gerais de estímulo à economia, mas também por acções focalizadas nos estratos sociais desfavorecidos e naqueles que porventura e em resultado da crise económica, possam vir a sofrer dos seus efeitos. -----

Nesta conjuntura de graves desequilíbrios, elevada instabilidade e de enorme imprevisibilidade, o Poder Local deverá assumir uma posição activa e dinâmica tendente a minimizar os efeitos mais profundos que afectam as famílias. -----

A habitação é sem dúvida a expressão mais visível da condição social das populações. É por essa razão que, o direito a uma habitação condigna integra o vasto conjunto de direitos consagrados na constituição. -----

Proposta -----

a) Considerando que o actual quadro legal de atribuições e competências das autarquias locais, consubstanciada na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estabelece a intervenção dos municípios no âmbito da acção social e da habitação, e prevê a sua participação em programas no domínio do combate à pobreza e exclusão social; -----

b) Considerando a actual conjuntura sócio-económica, propiciadora de condições de desemprego, precariedade laboral e incerteza quanto ao desempenho profissional; -----

c) Considerando a urgência de uma intervenção em situações originadas por desemprego de um ou ambos os cônjuges com directas repercussões na gestão doméstica. -----

d) Considerando que, a degradação, tremendamente rápida da conjuntura económica, está a desafiar a capacidade de respostas de todos os decisores. -----

Assim, face ao exposto, entende-se submeter para a provação, a primeira alteração ao Regulamento para a atribuição de apoios a estratos sociais desfavorecidos, através da introdução da alínea 1.1.2, do artigo 5.º, do referido Regulamento. -----

Pretende-se com a presente alteração, enquadrar legal e administrativamente o apoio ao arrendamento no mercado particular, destinado a famílias desfavorecidas ou em privação económica de forma a minimizar, progressivamente, as situações de carência habitacional. -----

Caso a presente proposta venha a merecer de acolhimento favorável, propõe-se o seu agendamento à próxima reunião de Câmara, para deliberação e posteriormente, à reunião de Assembleia Municipal. --

À consideração Superior. -----

O Técnico Superior de Serviço Social -----

Aureliano António Freitas de Moraes -----

Em Anexo: O aludido regulamento -----

Anexo I -----

1. Condições de Atribuição. -----

Podem requerer a atribuição do subsídio ao arrendamento, os cidadãos que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos. -----

- 1.1 Ser cidadão nacional ou equiparado, nos termos legais; -----
 - 1.2 Residir na área do Município de Chaves há, pelo menos, 3 anos, comprovados por recenseamento eleitoral e outros elementos de prova que se julguem necessários; -----
 - 1.3 Os rendimentos do agregado familiar do candidato não excedam, per capita, 65% da retribuição mínima mensal garantida (RMMG); -----
 - 1.4 O candidato ou um dos elementos do casal não pode ser proprietário ou co-proprietário de qualquer imóvel urbano com condições de habitabilidade, nem mesmo seja proprietário ou co-proprietário de qualquer imóvel sem condições de habitabilidade, desde que a sua recuperação se enquadre em programas de apoio já existentes; -----
 - 1.5 O candidato ou um dos elementos do casal não pode ser beneficiário de outros programas habitacionais provenientes da Administração Central; -----
 - 1.6 O candidato ou um dos elementos do casal não pode ser beneficiário de outros programas de apoio ao arrendamento em vigor ou enquadrar-se noutros programas já existentes; -----
 - 1.7 O candidato ou um dos elementos do agregado familiar disponha de um contrato de arrendamento celebrado em conformidade com a legislação em vigor e em que o senhorio não seja parente ou afim na linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral; -----
 - 1.8 Indivíduos maiores de idade que partilhem uma habitação, constituindo esta a sua residência permanente; -----
 - 1.9 A tipologia do fogo arrendado deve ser adequada ao respectivo agregado familiar. -----
 2. Instrução da Candidatura. -----
- A candidatura deverá ser instruída com os seguintes documentos: ----
- 2.1 Formulário de candidatura a fornecer pela Câmara Municipal; ----
 - 2.2 Documentos de identificação do titular e membros do respectivo agregado familiar; -----
 - 2.3 Atestado passado pela Junta de Freguesia da área de residência onde conste o tempo de permanência no Concelho, a composição do agregado familiar, bem como informação quanto à situação económica, levando em linha de conta os sinais exteriores de riqueza; -----
 - 2.4 Fotocópia do contrato de arrendamento; -----
 - 2.5 Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar do candidato; -----
 - 2.5.1 Declaração (recibo) dos rendimentos ilíquidos mensais de todos os elementos do agregado familiar, passada pela entidade patronal; -
 - 2.5.2 Recibo de pensão ou subsídio dos elementos que se encontrem nessa situação; -----
 - 2.5.3 Certificado do Rendimento Social de Inserção, se for o caso, emitido pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social, onde conste a composição do agregado, o valor da prestação e os rendimentos para efeito de cálculo da mesma; -----
 - 2.5.4 Fotocópia da última declaração do IRS, ou, nos casos aplicados, declaração emitida pela Repartição de Finanças da isenção de entrega; -----
 - 2.5.5 Declaração emitida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, no caso de o candidato, ou algum dos membros do agregado familiar, se encontrar na situação de desemprego e não auferir subsídio de desemprego, ou declaração emitida pelo Serviço Local do Instituto de Solidariedade e Segurança Social no caso de o candidato ou algum dos membros do agregado, se encontrar a receber subsídio de desemprego. -----

- 2.5.6 Fotocópia da declaração de IRC, nos casos aplicados; -----
- 2.6 Para efeitos de cálculo do rendimento per capita do agregado familiar, ter-se-á em conta o rendimento médio mensal líquido de todos os rendimentos, vencimentos e salários auferidos por todos os elementos que constituem o mesmo.-----
- 2.7 Nos casos em que os membros do agregado familiar, sendo maiores não apresentam rendimentos e não façam prova da situação de desemprego, frequência de ensino, ou outra situação devidamente justificada, considerar-se-á, que auferem rendimento de valor equivalente ao da retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo nacional). -----
- 2.8 Declaração emitida pelo serviço de finanças, comprovativa de que o candidato ou qualquer dos membros do agregado familiar não é proprietário de bens destinados a habitação; -----
- 2.9 Declaração sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes da candidatura. Esta declaração deverá ser preenchida, quando aplicável, não apenas pelo candidato, mas também pelo cônjuge ou companheiro(a); -----
- 3.0 Último recibo de renda; -----
- 3.0.1 Número de Identificação Bancária - NIB (Quando possuidor); ---
- 3.0.2 Licença de habitabilidade actualizada, do prédio arrendado. --
- 3.0.3 Não são de observar as condições previstas no n.º anterior (3.0.2), nos casos em que o arrendamento foi efectuado há mais de dez anos. -----
- 3.0.4 O candidato poderá ainda apresentar outros documentos que entenda necessários para comprovar a sua situação económica, tais como despesas de saúde e educação. -----
- 3.Confirmação de Elementos -----
- 1.Quando, na organização dos processos de candidatura, surjam dúvidas acerca dos elementos que dele devam constar, podem os competentes serviços municipais solicitar aos candidatos, por escrito, os esclarecimentos que entendam necessários, devendo estes ser prestados no prazo de 15 dias a contar da data de recepção da referida notificação, sob pena de arquivamento do processo de candidatura. -----
- 2.Os competentes serviços municipais podem, ainda, em caso de dúvida relativamente à veracidade dos elementos constantes do processo de candidatura, realizar as diligências necessárias no sentido de aferir a sua veracidade, podendo, inclusivamente, solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação dos referidos elementos. -----
- 4.Critérios de Atribuição -----
- 4.1 O subsídio será atribuído aos agregados familiares que se encontrem nas condições referidas no ponto 1 e cujo rendimento mensal "per capita" não ultrapasse o limite máximo previsto no ponto. -----
- 5.Atribuição e Renovação -----
- 5.1 O subsídio será concedido por um período de 12 meses, eventualmente renovável por períodos de 6 meses, até ao limite de 36 meses, podendo ser ajustado sempre que se verifiquem alterações no montante dos rendimentos do agregado familiar, ou nos elementos instrutórios do respectivo processo. -----
- 5.2 Após um ano de concessão, o subsídio poderá ser cancelado, renovado, descer ou subir de escalão em função de alterações sócio-económicas ocorridas no agregado. -----

5.3 Poderá haver suspensão do subsídio antes do fim do período da concessão ou renovação quando: -----

a) Houver incumprimento por parte do beneficiário do que estiver regulamentado; -----

b) Se verificar melhoria da situação económica que o justifique; ---

c) Se verificar que foram omitidas ou prestadas falsas declarações pelo beneficiário; -----

d) Ocorrer subarrendamento ou hospedagem do prédio ou fracção arrendada. -----

e) Falta de ocupação permanente do arrendado; -----

f) Por motivos que a Câmara Municipal considere justificáveis. -----

5.4 Para a renovação ou alteração do subsídio será sempre obrigatória a apresentação de documentação comprovativa dos rendimentos para além de outra que os serviços julguem necessária.

5.5 Os beneficiários devem, no prazo de 15 dias, comunicar aos competentes serviços municipais as condições susceptíveis de alteração do valor do subsídio, nomeadamente pelos seguintes motivos: -----

a) Novo emprego ou desemprego de qualquer um dos elementos do agregado familiar; -----

b) Primeiro emprego, nascimento, reforma, falecimento ou ausência de qualquer um dos elementos do agregado familiar; -----

c) Qualquer outro rendimento ou condição susceptível de provocar alteração no valor do subsídio. -----

5.6 A Câmara Municipal deliberará, anualmente, uma verba destinada ao subsídio ao arrendamento, estimando o número de processos a contemplar salvaguardando, contudo, os que à data estejam em vigor.

6. Tabela de Comparticipações -----

Cálculo do Pagamento do Subsídio -----

6.1. O montante do subsídio a atribuir resulta da aplicação da seguinte fórmula não devendo em nenhuma situação ultrapassar 60% do valor mensal da renda. -----

T1 Limite de 230,00€	10 < $\frac{RM}{RMB}$ x 100 ≤ 40	46,00€
	$\frac{RM}{RMB}$	
	41 < $\frac{RM}{RMB}$ x 100 ≤ 80	92,00€
T2 Limite de 260,00€	$\frac{RM}{RMB}$	
	$\frac{RM}{RMB}$ x 100 ≥ 81	138,00€
	$\frac{RM}{RMB}$	
	10 < $\frac{RM}{RMB}$ x 100 ≤ 40	52,00€
	$\frac{RM}{RMB}$	
	41 < $\frac{RM}{RMB}$ x 100 ≤ 80	104,00€
	$\frac{RM}{RMB}$	
	$\frac{RM}{RMB}$ x 100 ≥ 81	156,00€
	$\frac{RM}{RMB}$	
	10 < $\frac{RM}{RMB}$ x 100 ≤ 40	66,00€
	$\frac{RM}{RMB}$	

T3 Limite de 330,00€	41 $\leq \frac{RM}{RMB} \times 100 \leq 80$	132,00€
	$\frac{RM}{RMB} \times 100 \geq 81$	198,00€

Em que: -----

RM - Renda Mensal -----

RMB - Rendimento Mensal Bruto -----

Considerar-se-á como Rendimento Mensal Bruto (RMB) o quantitativo que resulta da divisão por 12 dos rendimentos anuais ilíquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar à data de concessão do subsídio. -----

2.O subsídio é pago mensalmente na tesouraria desta Câmara Municipal, após exibição do original do recibo de renda do mês em curso na Divisão de Acção Social, do qual se extrairá fotocópia, comprovando o pagamento efectuado ao senhorio. -----

5.Resolução do Subsídio a Conceder -----

A apreciação e resolução sobre o subsídio a conceder será da competência da Câmara Municipal, mediante proposta do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência delegada para o efeito, e com base na informação prestada pelos serviços de Acção Social. -----

6.Incumprimento das condições.-----

1.No caso de incumprimento do disposto no ponto 1, o infractor constitui-se na obrigação de indemnizar a Câmara Municipal no montante dos subsídios concedidos. -----

2.No caso de verificação dolosa de falsas declarações, o beneficiário fica obrigado a repor os subsídios concedidos, sem prejuízo da efectivação das responsabilidades civis ou criminais a que houver lugar. -----

7.Casos omissos. -----

Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal. -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.01.28-----

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dr.ª Maria de Lurdes Campos. -----

DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL, DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.01.29. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

1.1. PEDIDO DE COMPATIBILIZAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DE IMPLANTAÇÃO DO PROJECTO BASE DO TRAÇADO DO SUB-LANÇO DA CIRCULAR EXTERIOR DE CHAVES (ENTRE A ROTUNDA DA EM507 E A ROTUNDA DA ZONA INDUSTRIAL DA COCANHA) COM AS CONDICIONANTES ACTUALMENTE EXISTENTES NO LOCAL - LUGAR DE VALE DO GATO E DE BARROCOS - FREGUESIA DE

SANJURGE E SANTA CRUZ/TRINDADE - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DO ENGº ABEL PEIXOTO, DE 28.01.09 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - INTRODUÇÃO -----

1.1 - Pelo pedido formulado superiormente, foi solicitado a estes serviços técnicos que efectuassem uma análise à compatibilização entre as características geométricas de implantação do projecto base do traçado do sub-lanço entre a rotunda da EM507 e a Rotunda da Zona Industrial da Cocanha (integrado no lanço da Circular Exterior de Chaves: Rotunda da Urbanização Quinta do Telhado/Rotunda da Zona Industrial da Cocanha) e as condicionantes actualmente existentes no local.-----

2 - ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA -----

2.1 - Em resposta à referida solicitação, os serviços técnicos desta Divisão procederam a uma verificação in loco das condicionantes existentes no local objecto da pretensão e solicitaram a realização de novo levantamento topográfico devidamente geo-referenciado. -----

2.2 - Em consequência das acções referidas e após a análise dos refere-se o seguinte: -----

2.2.1 - O projecto base do traçado da via mencionada em epígrafe foi aprovado em Reunião de Câmara de 19-Jan-2006; -----

2.2.2 - A rotunda actualmente existente na intersecção da EM-507 com o sub-lanço da CEC que dá acesso ao Itinerário Principal n.º3 (A24), foi construída em data posterior; -----

2.2.3 - Mantendo a directriz projectada, é aconselhável que o referido projecto base seja: -----

i) Ajustado às novas condicionantes originadas pela construção da rotunda existente;-----

ii) Adaptado à rampa de acesso de veículos pesados ao Armazém existente à esquerda da via (sentido sudoeste/nordeste), PK: 0+000, referenciado nas peças desenhadas em anexo com a letra "B", executada aquando da construção da rotunda existente; -----

iii) Ajustado à morfologia do terreno natural, de forma a evitar a demolição total ou parcial de uma habitação existente à direita da via (sentido sudoeste/nordeste), PK: 0+080, referenciada nas peças desenhadas em anexo com a letra "A"; -----

2.2.4 - Para além das alterações referidas no parágrafo anterior, será também aconselhável considerar a possibilidade de prever: -----

i) Duas novas ligações viárias a partir das vias de serviço, que permitam a ligação futura com uma via marginal ao loteamento da zona industrial da cocanha, a localizar entre o PK: 0+425 e PK: 0+450; --

ii) A existência de espaços, devidamente segregados e o mais próximos possível das intersecções (existente e a construir), destinados às paragens de autocarros urbanos para recolha de passageiros. -----

3 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1 - Atendendo ao exposto nos parágrafos anteriores, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que aprove as seguintes alterações ao Projecto Base do traçado e respectiva Planta de Expropriações da Circular Exterior de Chaves, Lanço da Rotunda da Urb. Quinta do Telhado / Rotunda da Zona Industrial, Sub-Lanço entre a rotunda da EM507 e a Rotunda da Zona Industrial da Cocanha: -----

3.1.1 - Alteração do perfil transversal tipo entre o PK: 0+000 e PK: 0+100, que consiste na redução de 10,25m para 3,0m da largura de cada uma das duas faixas verdes de protecção aos corredores

destinados à circulação pedonal e no alargamento de 3,5m para 5,5m da largura de cada um dos corredores destinados à circulação pedonal; (ver Desenhos n.º2 e n.º3) -----

3.1.2 - Inclusão de quatro zonas destinadas às paragens de autocarros urbanos para recolha de passageiros (duas no PK: 0+050 e as outras duas no PK: 0+800); (ver Desenho n.º2) -----

3.1.3 - Inclusão de duas novas ligações viárias entre o PK: 0+425 e PK: 0+450 (a partir das vias de serviço e sem ligação directa à faixa de circulação central) que vão permitir a ligação futura com uma via marginal ao loteamento da zona industrial da cocanha. (ver Desenho n.º2) -----

Em anexo apresenta-se as seguintes peças desenhadas: -----

Desenho n.º1: -----

- Planta de Implantação do traçado aprovado em Reunião de Câmara de 19-Jan-2006, sobre levantamento topográfico original; -----

Desenho n.º2: -----

- Planta de Implantação do traçado com as alterações propostas, sobre levantamento topográfico actualizado; -----

Desenho n.º3: -----

- Perfis transversais tipo; -----

Desenho n.º4: -----

- Plantas cadastrais alteradas; -----

À consideração superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 28.01.09-----

Atento o teor da presente informação, com a qual concordo, proponho ao Senhor Vice-presidente que adopte decisão de submeter a alteração ao Projecto Base supra identificado a reunião de Câmara para **aprovação.**-----

À consideração do Senhor Vice-presidente -----

DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 02.02.09.-----

Visto. Concordo. À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

2.1. OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LOTEAMENTO - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - HACOP - IMOBILIÁRIA, LDA - SITO NA QUINTA DAS MIMOSAS, CASAS DOS MONTES - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/01/29 .-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

A requerente HACOP - Imobiliária Lda., através de requerimento n.º 4314/08, inerente ao processo n.º 10/08, solicita pedido de licenciamento de uma operação de loteamento, sito na Casa dos Montes - Quinta das Mimosas, na Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.

ANTECEDENTES -----

Para o mesmo prédio, antes de ter sido destacado o prédio rústico inscrito na anteriormente designada freguesia de chaves, sob o

artigo 03737/271000 com a área de 15.800,00m², a ACCIOP - Construções Aceleradas de Obras Publicas promoveu um pedido de uma operação de loteamento nos anos 90 com o numero de processo 58/94, o qual se encontra caducado em virtude de a promotora não ter solicitado a emissão do respectivo alvará em tempo útil, conforme a informação técnica presente em reunião de câmara de 18 de Junho de 1996. -----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos: -----

Peças escritas: -----

- Requerimento inicial; -----
- Cópia da Certidão da Conservatória do Registo Predial; -----
- Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura; -----
- Declaração de inscrição da ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos; -----
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Fotografias do prédio; -----

Peças gráficas: -----

- Planta de Localização -----
- Levantamento topográfico; -----
- Planta da situação actual; -----
- Planta de Implantação - distribuição de Áreas; -----
- Planta Síntese; -----
- Perfis transversais; -----
- Levantamento topográfico e peças escritas em suporte digital -----

LOCALIZAÇÃO -----

A operação de loteamento que a promotora pretende levar a efeito, no prédio rústico inscrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 00732/200287, com a área registada de 1322,00m² (igual ao levantamento topográfico apresentado). -----

INTRODUÇÃO -----

O presente pedido situa-se na Casa dos Montes - Quinta das Mimosas, na Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

No regime jurídico -----

Nos termos Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/01 de 4/09, a operação urbanística em análise enquadra-se na alínea i) (operações de loteamento), do artigo 2º, sendo a forma de procedimento um pedido de licenciamento nos termos do n.ºs 18 e 21º do referido diploma. -----

Nas disposições do Plano Director Municipal -----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34ªA do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 47B do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. -----

Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e do estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito de limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ----

ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

1 - Com o presente pedido, os interessados pretendem o licenciamento de uma operação de loteamento, consubstanciada numa proposta urbanística com as seguintes características: -----

- Divisão fundiária: Constituição de 7 (sete) lotes e uma parcela restante, para os seguintes destinos: -----

Destino	N.º de lotes
Moradia unifamiliar isolada	8

- Área do terreno - 4.322,00m²; -----
 - Área de lotes - 2674,00m²; -----
 - Área total de Implantação - 940,50m²; -----
 - Área total de construção - 2.397,50m²; -----
 - Índice de construção - 0,55m²/m²; -----
 - N.º de fogos - 8 unidades; -----
 - Cedências ao domínio público do Município - 1.190,00m² -----

Espaços verdes e de utilização colectiva	0,00m ²
Infra-estruturas viárias	1.190,00m ²

2 - Este pedido de licenciamento não se encontra acompanhado com todos os elementos mencionados no ponto 7.º Portaria n.º 232/2008 de 11/03 e no artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação com o seguinte: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial e que se encontre valida (apresentou uma cópia). -----
 - Extractos das plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Director Municipal de Chaves; -----
 - Planta de síntese cotada incluindo a via; -----
 - Planta de áreas de cedência para integração no domínio municipal, com indicação discriminada das áreas; -----
 - Termo de responsabilidade do coordenador dos projectos; -----
 - Ficha com os elementos estatísticos; -----
 - Relatório de dados acústicos; -----
 - Plano de acessibilidades; -----
 - Traçados gerais das infra-estruturas existentes e propostas devidamente cotadas; -----
 - Fichas de lote; -----
 - Elementos mencionados n n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento da Urbanização e da Edificação e Tabela de Taxas e Licenças devidas pela realização de Operações Urbanísticas², nos quais a planta de

² Artigo 11.º -----
 [...] -----
 1 - [...] -----
 2 - O requerimento inicial e respectivos elementos instrutórios devem ser apresentados em duplicado, acrescidos de tantas cópias quantas as entidades exteriores a consultar. -----
 3 - A informação (textos e cartografia) deverá também apresentada em suporte informático, CD, e nos seguintes termos: -----
 a) Os textos - peças escritas - deverão ser entregues no formato PDF/Adobe Acrobat ou DOC/Microsoft Word; -----
 b) As peças desenhadas deverão ser apresentadas num seguintes formatos: DWG/AutoCad, DGN/Intergraph, SHP/ ESRI, DXF/Drawing Interchange Format; -----
 c) Os elementos mencionados na alínea anterior devem estar geo-referenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendo ao sistema de coordenadas Hayford-Gauss, Datum73, na área do concelho delimitada na planta anexa ao presente Regulamento; -----

síntese apresentada em suporte digital, deverá ser estruturada com os níveis de informação, com quadro sinóptico e legenda de representação conforme o exemplo publicado na página da internet deste município; -----

Mais se informa que este município tem disponível no seu site, dois ficheiros em formato .dwg que exemplificam a forma de apresentação dos ficheiros em suporte informático, devendo ter-se em atenção os Níveis de informação (layers do desenho), conforme os exemplos do site; -----

<http://www.chaves.pt/?path=/Portugu%EAAs/Servi%E7os/Requerimentos%20e%20Formul%Elrios/Projecto%20de%20obras%20de%20particulares> -----

3 - O projecto da divisão fundiária é omissa no seguinte: -----

- Previsão de passadeira; -----

- Previsão do local dos contentores de resíduos sólidos e seu dimensionamento, sugerindo-se se situem abaixo do solo; -----

- Previsão do local para iluminação pública; -----

- Lugares de estacionamento público; -----

4 - Relativamente ao projecto de arquitectura cumpre-me referir o seguinte: -----

4.1 - Pese embora o pedido não esteja instruído com a planta de síntese cotada, verifica-se que as edificações não possuem afastamentos às extremas dos lotes de 5 metros; -----

d) As plantas de implantação/síntese deverão conter, também, informação topográfica referente à área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveis no local e ou edificações que permitam definir e ou verificar possíveis alinhamentos; -----

e) A concepção do projecto em suporte informático deverá ser à escala real 1:1 (uma unidade no desenho correspondente a 1 metro no terreno), sem prejuízo das escalas normalmente adoptadas na apresentação em papel; -----

f) O ficheiro com as plantas de implantação/síntese deverá ser organizado de forma que as referidas plantas se projectem sobre o levantamento topográfico já referido e estruturado com os seguintes níveis de informação: -----

Nível 1 - Desenho da planimetria existente; -----

Nível 2 - Legendas das representações; -----

Nível 3 - Cadastro da parcela a intervir; -----

Nível 4 - Cadastro resultante, com indicação do uso; -----

Nível 5 - Implantação(ões), com descrição de cota; -----

Nível 6 - Altimetria (cotas); -----

Nível 7 - Altimetria (curvas de nível). -----

4 - [...] -----

5 - [...] -----

6 - [...] -----

7 - [...] -----

8 - Quando o pedido de licenciamento ou autorização tiver por objecto a realização de operações urbanísticas de loteamento o mesmo deverá ser instruído com fichas relativas a todos os lotes constituídos, de acordo com o quadro XXII apresentado em anexo ao presente Regulamento. -----

9 - As obras de edificação em área abrangida por operação de loteamento devem ser instruídas com o extracto da ficha do lote em que se implantam. -----

4.2 - A dimensão dos passeios é inferior 1,6m conforme o estipulado no Quadro II; -----

4.3 - Não consta na memória descritiva o cálculo dos lugares de estacionamento de acordo com o preceituado no artigo 12.º do P.D.M. e na Portaria n.º 216-B/08 de 3/03; -----

4.4 - Na memória descritiva faz referência que o presente estudo de loteamento faz parte da 1.ª fase, de um projecto de loteamento constituído por 49 lotes denominado por Casa dos Montes - Quinta das Mimosas. -----

4.4.1 - Consultado o arquivo, verificou-se que foi solicitado um pedido de licenciamento de uma operação de loteamento com o n.º de processo 58/94, o qual se encontra caducado em virtude da promotora não ter solicitado a emissão do respectivo alvará em tempo útil, conforme a informação técnica presente em reunião de câmara de 180 de Junho de 1996. -----

4.4.2 - Neste enfoque a presente operação de loteamento terá de ser reformulada no sentido de incidir somente sobre o prédio rústico inscrito na Matriz Predial da Anteriormente designada freguesia de chaves com o artigo n.º 1008³ e descrito na Conservatória com o n.º 00732/200287, devendo a numeração dos lotes iniciar-se com o n.º 1.

4.5 No que respeita à parcela sobrança plasmada na planta de síntese, a mesma deve constituir um lote. -----

5 - CONCLUSÃO -----

Face ao exposto, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 24.º do DL 555/99, de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei n.º60/07 de 4/09, propõe-se que seja adoptado o sentido de indeferimento do pedido formulado pela requerente. -----

Deverá ser ainda praticado a audiência aos interessados nos termos do artigo 100 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo concedendo-se o prazo de 10 dias para o requerente vir a processo dizer o que lhe oferecer quanto ao presente projecto de decisão. ---

Neste contexto, cabe informar o requerente para que seja alterada a decisão sobre a sua pretensão, deverá o requerente reformular o seu pedido, acolhendo as considerações expostas que não foram tomadas em conta e constituíram as razões de indeferimento. -----

No âmbito do novo pedido de licenciamento da operação de loteamento, a interessada deverá juntar os elementos mencionados no artigo 7.º da Portaria 232/2008 e 11 de Março, o estipulado no artigo 11.º do Regulamento Municipal de urbanização e de Edificação de Chaves e demais legislação. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/01/29. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/01/30. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

³ Por leitura da certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves deste prédio verifica-se que do mesmo foi desanexado o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 03737/271000. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. ALTERAÇÕES ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2006 - MUNICIPIO DE CHAVES - SITO NO VALE DE SALGUEIRO DE CIMA E CAMPO QUEIMADO - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/01/28 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1 - INTRODUÇÃO -----

Serve a presente informação para propor ao Executivo Camarário, a aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento titulado com o n.º 2/2006 do Parque de Actividades de Chaves, sito na freguesia de Outeiro Seco em Chaves. -----

2 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

2.1 - Com as disposições do PDM -----

Face à localização do terreno a planta de ordenamento do P.D.M. o terreno insere-se: -----

- Parte na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, e na Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais e Sub-categoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns, -----

- Parte na Categoria 4.2 - Espaços Agrícolas e Sub-categoria 4.2.A - Espaços Agrícolas Defendidos (R.AN.), -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui uma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa, nomeadamente a Reserva Agrícola. -----

2.2 - Medidas Preventivas -----

O referido alvará de loteamento, alvará n.º 2/06, foi aprovado e emitido com base nas medidas preventivas⁴ que suspenderam o PDM. ----

2.3 - Com as disposições no Regime Jurídico -----

2.3.1 Nos termos do n.º 1⁵ artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09. -----

2.3.2 A presente alteração enquadra-se neste pressuposto, o alvará de loteamento n.º 2/2006 denominado por Parque de Actividades de Chaves, promovido pela Câmara Municipal de Chaves. -----

3 - ANÁLISE DO PEDIDO -----

3.1 - Com o presente pedido, o município pretende introduzir alterações às especificações do alvará de loteamento titulado com o n.º 2/2006, reportando-se apenas aos parâmetros urbanísticos propostos no quadro sinóptico da planta de síntese do loteamento. --

3.1.1 Do resultado da análise dos pedidos de comunicação prévia, solicitados à Divisão de Gestão Territorial, verifica-se que as

⁴ Medidas preventivas aprovadas em assembleia municipal de 26 de Março de 2003, ratificadas pela Resolução de Conselho de Ministros n.º138/2003 de 31/07, publicada em Diário da República n.º 199 de 29 de Agosto de 2003, as quais determinaram a suspensão da eficácia do Plano Director Municipal de Chaves. -----

⁵ Artigo 27.º -Alterações à licença -----

1 - A requerimento do interessado, podem ser alterados os termos e condições da licença. -----

edificações pretendias para o parque de actividades, não se coadunam com as especificações rígidas da presente operação de loteamento. -- Tal facto, deve-se ao tipo de instalação pretendida em cada pavilhão, uma vez que os equipamentos a utilizar implicam em alguns casos as seguintes necessidades: -----

- a) Flexibilidade dentro do polígono base de implantação por razões de circulação automóvel dos veículos pesados; -----
- b) Edificações com cércea mais reduzida; -----
- c) Eliminar parte da laje intermédia, por razões de equipamentos de porte mais elevado, o que leva a ocupar maior altura, utilizando o pé-direito duplo. -----
- d) Redução da área de cave por razões de peso elevado dos equipamentos situados no piso 0, bem como as cotas do terreno. -----

3.1.2 Desta forma pretende-se que as especificações constantes no alvará de loteamento n.º 2/2006, nomeadamente no quadro sinóptico e planta de síntese os parâmetros urbanísticos passarem a designar-se como máximos admissíveis, mantendo-se contudo os valores que constam no referido alvará - alvará de loteamento n.º 2/2006. -----

3.1.3 Consta do presente parecer planta de síntese com o respectivo quadro sinóptico, as especificações pretendidas e consequentemente alteradas, passando as mesmas a vigorar, caso se aprovada a presente alteração ao referido alvará de loteamento. -----

3.1.4 Todas as restantes especificação do alvará de loteamento 2/2006 mantêm-se inalteráveis. -----

3.2 - Relativamente às áreas de cedência para o domínio público municipal, foram o mesmo objecto de apreciação e cálculo de acordo com o disposto na Portaria 1136/01, aquando da aprovação e emissão do título do alvará de loteamento emitido - alvará de loteamento n.º 2/2006. -----

4 - CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

4.1- Considerando que o Município é o único proprietário do loteamento com alvará n.º 2/06, o presente pedido não está deste modo sujeito ao preceituado no n.º 2º do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 e do artigo 14.º A, do regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (consulta dos restantes proprietários); -----

4.2 - Considerando que, nos termos n.º 2 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, a operação de loteamento em análise fica dispensada de Discussão Pública, uma vez que cumpre as especificações do n.º 2º do art.º 22 do Diploma retro citado. -----

⁶ Artigo 27.º Alterações à licença -----

2 - A alteração da licença de operação de loteamento é precedida de consulta pública quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados alguns dos limites previstos no n.º 2 do artigo 22.º -----

⁷ Artigo 22.º Consulta pública -----

2 - A consulta prevista no número anterior tem sempre lugar quando a operação de loteamento exceda algum dos seguintes limites: -----

- a) 4 ha; -----
- b) 100 fogos; -----
- c) 10 % da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão. -----

4.3 - Considerando que nos termos do disposto n.º n.º5⁸ do art.º27 do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, julga-se, salvo melhor opinião, que é dispensada a consulta às entidades exteriores ao município, uma vez que a alteração apenas se reporta à consideração de máximos admissíveis nos parâmetros das especificações do alvará de loteamento inicial, mantendo os mesmos pressupostos de facto e de direito que estiveram subjacentes no pedido de parecer inicial solicitado à CCDRN. -----

4.4 - Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações às normas legais e regulamentares; -----

5 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

5.1 - Face ao exposto, julgamos salvo melhor opinião, propor-se que seja adoptada deliberação no sentido de deferir o pedido de alterações ao alvará de loteamento nº 2/2006; -----

5.2 - Caso seja aprovado o presente pedido de alteração, deverão seguir-se os procedimentos constantes do n.º 7⁹, artigo 27.º, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 2/06. -----

À consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/01/29. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/01/29. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. PEDIDO DE APROVAÇÃO DA OBRAS DE URBANIZAÇÃO INERENTES A LOTEAMENTO URBANO - ANTÓNIO RAUL DOS SANTOS - SITO NO LUGAR DA COVA DA MOURA - FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO REI, DATADA DE 02/02/09.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-ANTECEDENTES -----

1.1-Em reunião de câmara de 21-05-2008, sob proposta da informação técnica de 16-05-2008, o executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de licenciamento da operação de loteamento, que o interessado pretende implementar no lugar referido em epígrafe, sob a condição de aquele compensar o município pela áreas não cedidas,

⁸ constantes dos números seguintes. -----

5 - É dispensada a consulta às entidades exteriores ao município desde que o pedido de alteração se conforme com os pressupostos de facto e de direito dos pareceres, autorizações ou aprovações que hajam sido emitidos no procedimento. -----

⁹ 7 - A alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, que, no caso de operação de loteamento, deve ser comunicado oficiosamente à conservatória do registo predial competente para efeitos de averbamento, contendo a comunicação os elementos em que se traduz a alteração. -----

no valor de € 6 691,18 (seis mil seiscentos e noventa e um euros e dezoito cêntimos). -----

1.2-No seguimento de tal deferimento, o promotor, apresenta os projectos a seguir mencionados: -----

-Projecto de arruamento, rede de abastecimento de água e redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, valorização paisagística, electricidade e telecomunicações e caderno de encargos, através do requerimento registado no Departamento de Planeamento e Desenvolvimento com o nº 2721/08, em 01-08-2008; -----

-Memória descritiva e Justificativa, Medições e Orçamento e peças desenhadas nº 9.1, nº 10.1 e nº 11.1, da Construção a Ceder ao Domínio Público e Aditamento ao projecto de telecomunicações acompanhado pela Informação Nº 003/DAO/09 da Divisão de Abastecimento Público em 09-01-2009, elementos apresentados sob o requerimento nº 90/09, em 13-01-2009. -----

2-PARECER -----

Face aos elementos trazidos a processo pelo interessado, e sem prejuízo da responsabilidade dos projectistas no que concerne ao conteúdo técnico dos projectos de execução inerentes às obras de urbanização em causa, sobre os mesmos emite-se o seguinte parecer: -

2.1-Divisão fundiária do Solo -----

2.1.1-A presente operação de loteamento, da qual vai resultar a criação de dez lotes, todos destinados à construção de edifícios de habitação unifamiliar, foi aprovada em reunião de câmara de 21-05-2008, sob a condição de a promotora compensar¹⁰ o Município pela área não cedida de 283,00 m2, respeitante para equipamentos de utilização colectiva. -----

2.1.2-De acordo com o disposto no nº 67º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas o valor da compensação¹¹, ascende ao montante de € 6 691,18 (seis mil seiscentos e noventa e um euros e dezoito cêntimos). -----

De acordo com o proposto pelo requerente o mesmo compromete-se a edificar a construção de imóvel, em Cave, destinado a Arrumos para a Junta de Freguesia de Samaiões, com a área coberta de 68,40 m2, comprometendo-se ainda a executar neste edifício, todos os acabamentos¹² exteriores, bem como as ligações das infra-estruturas mínimas no seu interior: ramais de ligação de abastecimento de água, de saneamento e instalação eléctrica. -----

2.2-Projecto de Arruamentos -----

O projecto de arruamentos apresentado sob o requerimento nº 2721/08 é genericamente passível de merecer parecer favorável, no entanto para a sua execução dever-se-ão prever os trabalhos a seguir mencionados: -----

Para delimitação e contenção dos pavimentos dos passeios, previstos em blocos de betão, nas extensões dos lotes nº 1 ao lote nº 10 que confrontem com as futuras vias públicas, dever-se-à executar uma fundação em betão com vista a suportar os futuros muros de vedação dos lotes, com as dimensões de 0,30 m de largura e 0,40 m de espessura, ao longo da qual se executará uma fiada de blocos de

¹⁰ Pelo expresso no nº 4 do artigo 44º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6.

¹¹ Ver item 4.3 da informação técnica de 16-05-2008. -----

¹² Ficando o interior em tosco. -----

betão para travamento do pavimento dos passeios (primeira condição de licenciamento). -----

2.3-Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais -----

Os projectos de execução inerentes à rede de abastecimento de água e redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais apresentados sob o requerimento nº 2721/08, já se encontram acompanhados com o parecer da DAP de 16-09-2008, sendo os mesmos genericamente passíveis de merecer parecer favorável. -----

De referir ainda que, no arruamento que dará acesso aos lotes projectados, foi executada uma conduta de abastecimento de água em PEAD, com o diâmetro de 90 mm pela firma Aníbal Ribeiro Alves & Filhos, Lda e fiscalizada pelo Engº Victor Pereira e pelo fiscal Domingos Moutinho Fernandes, no âmbito da empreitada do "Emissário de Samaiões". -----

A conduta de abastecimento de água será realizada em PEAD com o diâmetro de 90 mm e os colectores residuais domésticos e pluviais em PVC com os diâmetros de 200 e 315 mm, respectivamente. -----

2.4-Infra-estruturas de Electricidade -----

O projecto de infra-estruturas eléctricas já se encontra acompanhado do parecer da EDP- Distribuição, devendo em obra ser respeitado o parecer condicionado da Divisão de Abastecimento Público, de 09-01-2009, a saber: -----

- Os postes de iluminação pública existente na E.N- 314 deverão ser deslocalizados para o contra-lancil do passeio projectado na referida via (segunda condição de licenciamento). -----

-Ao apoios da rede de iluminação e de distribuição de energia, existentes ao longo da berma do arruamento municipal, confrontante com o terreno, objecto de intervenção, deverão ser reposicionados para a outra berma daquela via (terceira condição de licenciamento).

2.5-Infra-estruturas de Telecomunicações -----

O Aditamento ao projecto de telecomunicações apresentado sob o requerimento nº 90/09, encontra-se acompanhado com o parecer favorável e condicionado da DAP, de 09-01-2009, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais. -----

2.6-Rede de Distribuição de Gás -----

Relativamente à rede de distribuição de gás, a mesma é dispensável ser executada pelo promotor em virtude de o local já estar servido daquela infra-estrutura, sendo necessário somente que o requerente solicite a execução dos ramos de ligação, no âmbito da execução das obras de urbanização, conforme mencionado na Declaração emitida pela Duriensegás pelo Fax em 30-01-2009 (quarta condição de licenciamento) -----

2.7-Valorização Paisagística -----

O projecto de Valorização Paisagística apresentado sob o requerimento nº 2721/08, já obteve o parecer favorável da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos emitido em 09-09-2008, propondo aquela unidade orgânica as seguintes alterações: -----

-Em todos os canteiros onde está prevista a plantação de sub-arbustos, deve-se colocar nos mesmos uma tela de viveiro, para evitar o aparecimento de ervas daninhas, sobre a qual se coloca uma camada de gravilha¹³ com as dimensões de 1 a 2 cm, na espessura de 5 centímetros (quinta condição de licenciamento). -----

2.8-Outras Considerações -----

¹³ Em substituição da casca de pinheiro. -----

No âmbito da execução das obras de urbanização: -----

2.8.1-Quaisquer trabalhos a mais necessários e susceptíveis de melhorar o funcionamento das infra-estruturas desta operação urbanística, serão a cargo do loteador (sexta condição de licenciamento). -----

2.8.2-Os trabalhos das diversas especialidades devem ser coordenados de forma a serem respeitadas as normas consagradas no Decreto-Lei nº 163/2006, de 8/8, para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada (sétima condição de licenciamento). -----

3-PROPOSTA -----

Considerando o que se disse anteriormente e o que se encontra legalmente estabelecido pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Dec-Lei nº 177/2001, de 4/6, sou a recomendar que a Câmara Municipal adopte a seguinte resolução: -----

3.1-Aprovação de todos os projectos de execução inerentes às obras de urbanização, com a salvaguarda de, no decurso da sua realização, ser dado cabal cumprimento à condição supra mencionada no ponto 2.2, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8.1 e 2.8.2 acima referidos. -----

3.2-Deferimento do pedido de aprovação das obras de urbanização, fixando para o efeito o seguinte: -----

3.2.1-Cumprimento em obra das condições a que aludiu a anterior alínea 3.1. -----

3.2.2-O montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização corresponderá ao valor de € 118 907,65 (cento e dezoito mil novecentos e sete euros e sessenta e cinco cêntimos). -----

Este montante corresponde ao somatório das valores orçamentados dos projectos de execução, incluindo uma verba de 5%, destinada a assegurar as despesas da administração e 5% respeitante à taxa do IVA, no caso de se vir a aplicar o disposto nos artigos 84º e 85º do diploma acima referido mais o valor da compensação. -----

3.2.3- A realização das obras de urbanização serão executadas no prazo de 20 meses, de acordo com o mapa de trabalhos constante no processo - folha nº 74. -----

3.3-No caso de ser adoptada a resolução de deferimento do pedido de licenciamento das obras de urbanização conforme proposto no ponto 3.2, deve o interessado ser informado que dispõe do prazo de um ano¹⁴, sob pena de caducidade da deliberação que deferiu o pedido de licenciamento desta operação de loteamento, para requerer formalmente a emissão do alvará de loteamento, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os seguintes elementos: -----

3.3.1-Documento comprovativo de prestação de caução. -----

3.3.2-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei nº 100/97 de 13/09. -----

3.3.3-Termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra. -----

3.3.4-Declaração de titularidade do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas, do título de registo na actividade ou do certificado de industrial de construção civil, a verificar no acto da entrega do alvará com a exibição do original do mesmo,

¹⁴ De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6. -----

contendo as autorizações adequadas para a realização das obras de urbanização. -----

3.3.5-Livro de obra, com menção do termo de abertura. -----

3.3.6-Plano de segurança e saúde. -----

3.3.7-Planta Síntese: em suporte informático e em base transparente (5 exemplares). -----

3.3.8-Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência. -----

3.3.9-Actualização das certidões da Conservatória do Registo Predial, anteriormente entregues. -----

3.4-A notificação que informar da deliberação adoptada pela Câmara, deve informar o requerente que a emissão do alvará de loteamento que titulará o licenciamento da presente operação urbanística está isenta da liquidação da taxa de infra-estruturas urbanísticas, nos termos do disposto no nº 3.3 do artigo 69º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, em vigor neste Município. -----

3.5-Por fim, em anexo à notificação deve ser enviado ao requerente, para o devido conhecimento, as informações e os pareceres mencionados na presente informação técnica. -----

À Consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/02/02. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2009.02.02. -----

Visto. A reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.5. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO CENTRO DE CONVÍVIO DE SOUTELINHO DA RAIA - FREGUESIA DE SOUTELINHO DA RAIA- INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DA ARQ. SUSANA FERNANDES, DE 02.02.09 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Informação: -----
INTRODUÇÃO -----

1. Como solicitado superiormente, foram elaborados os Projectos, nomeadamente o Anteprojecto de Arquitectura e o Projecto de Segurança contra Incêndios, relativos ao Centro de Convívio da freguesia de Soutelinho da Raia, a implantar no edifício da desactivada escola primária, mediante obras de remodelação e ampliação.-----

2. De referir que, a operação urbanística referida, encontra-se isenta de licença de acordo com o número 1, do Artigo 7º do D.L. nº555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações, uma vez que é promovida pela autarquia de Chaves.-----

3. Em 18/12/2008, a Senhora Vereadora responsável pelo pelouro dos Serviços Sociais, Drª Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, concordou com o programa e organização funcional propostos e a prossecução para a consulta de entidades estranhas ao Município.--

4. Na verificação do enquadramento do edifício existente na Planta de Ordenamento e Condicionantes do Plano Director Municipal, constatou-se que o mesmo e grande parte do seu logradouro estão inseridos em solo da Reserva Agrícola Nacional, de forma que, para se promover a aprovação do projecto, torna-se necessária o reconhecimento do interesse público por parte do Município, conforme o estipulado no n.º 4, do artigo 34.º do Regulamento do Plano Director Municipal, com vista a se obter a necessária autorização de utilização não agrícola de solos RAN por parte do Comissão Regional de Reserva Agrícola (CRRRA). A restante área insere-se em Espaços de Classe 1 (Espaços urbanos ou urbanizáveis), da categoria 1.3 (Outros Aglomerados), que se inclui simultaneamente na abrangência da Área de Protecção a Conjuntos Patrimoniais (Artigo 65º); -----

5. No que respeita às características do equipamento proposto, da memória descritiva correspondente interessa extrair os seguintes aspectos: -----

5.1 O Centro de Convívio constitui-se como um equipamento social, criado para servir a população da freguesia, nomeadamente a mais idosa, estimada em 57 habitantes .-----

5.2 O programa base estudado em articulação com os Serviços Socioculturais desta autarquia prevê as seguintes unidades funcionais: -----

- Sala de actividades/convívio e de refeições; -----
- Cozinha/copa; -----
- Lavandaria; -----
- Instalações sanitárias para ambos os sexos; -----
- Instalação sanitária para pessoas com mobilidade condicionada, incluindo área de apoio à higienização (situações pontuais); -----
- Instalação sanitária para funcionários. -----

5.3 A proposta de intervenção privilegia a manutenção das características arquitectónicas desta tipologia de equipamentos escolares, alterando-o estritamente o necessário por forma a cumprir os requisitos funcionais do novo programa estabelecido, adaptando a construção às necessidades e exigências actuais, designadamente de conforto térmico, acústico, e de acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada em particular dos idosos. -----

5.4 A intervenção inclui dois tipos de obras: (i) de reconversão/reabilitação do edifício existente e (ii) construção nova (ampliação). -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

6. Tendo em consideração o exposto no capítulo anterior, propõem os seguintes procedimentos: -----

6.1 Que o projecto de arquitectura seja submetido a reunião de Câmara com vista a haver deliberação de reconhecimento de interesse público no que respeita à realização das obras de reconstrução e ampliação do edifício da antiga escola de Soutelinho da Raia, para instalação de um Centro de Convívio, pelo facto do edifício existente (anterior à elaboração do PDM em vigor) se encontrar implantado em solo da Reserva Agrícola Nacional, conforme o estipulado no n.º 4, do artigo 34.º do Regulamento do Plano Director Municipal. -----

6.2 Após deliberação que consubstancia o reconhecimento de interesse público do equipamento em causa, seja emitida uma certidão com o teor da deliberação, a qual deverá fazer parte da instrução do processo do pedido de parecer, a solicitar à CRRA, ao abrigo do estipulado na alínea d), do n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho. -----

6.3- Em simultâneo, recomenda-se que, através da Divisão de Gestão Territorial, se promova a consulta das entidades externas ao Município que devem emitir parecer, nomeadamente: -----

- Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC);-----
- Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte);-----
- Direcção - Geral da Segurança Social (DGSS);-----
- Comissão Regional de Reserva Agrícola (CRRA). -----

6.3 Para este efeito deverá se enviado um ofício com o seguinte teor, a cada uma das entidades referidas acima: -----

• Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC): -----
 "Exmº Senhor -----
 Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil -----

Largo Conde de Amarante - Ed. Governo Civil -----
5000-529 Vila Real -----

Assunto: Obras de Remodelação/Ampliação do Centro de Convívio de Soutelinho da Raia -----

A Câmara Municipal de Chaves pretende levar a efeito obras de remodelação/ampliação no edifício da escola primária (desactivada) da freguesia de Soutelinho da Raia, com o objectivo de o adaptar para instalação de um Centro de Convívio. -----

Como acção prévia à aprovação do respectivo projecto por parte do órgão competente desta autarquia, cumprindo o que está previsto no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, estabelecido pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, no que respeita a consulta de entidades externas ao Município, vem solicitar a V. Exa. que se digne promover a emissão de parecer sobre o Projecto de Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE), por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Decreto Lei nº 220/2008, de 12 de Novembro. -----

Para os devidos efeitos remete-se em anexo: -----

- Anteprojecto de Arquitectura; -----

- Projecto de Segurança contra Incêndios. -----

Com os melhores cumprimentos" -----

• Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte): -----

"Exmº Senhor -----

Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte -----

Av. Pedro Alvares Cabral - Ed. Angola - loja 32-33 -----

5400-439 Chaves -----

Assunto: Obras de Remodelação/Ampliação do Centro de Convívio de Soutelinho da Raia -----

A Câmara Municipal de Chaves pretende levar a efeito obras de remodelação/ampliação no edifício da escola primária (desactivada) da freguesia de Soutelinho da Raia, com o objectivo de o adaptar para instalação de um Centro de Convívio. -----

Como acção prévia à aprovação do respectivo projecto por parte do órgão competente desta autarquia, cumprindo o que está previsto no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, estabelecido pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, no que respeita a consulta de entidades externas ao Município, vem solicitar a V. Exa. que se digne promover a emissão de parecer sobre o Projecto de Arquitectura e Segurança Contra Incêndio que se anexa ao presente ofício. -----

Com os melhores cumprimentos" -----

• Direcção - Geral da Segurança Social (DGSS): -----

"Exmº Senhor -----

Presidente do Centro Distrital da Segurança Social -----

Rua D. Pedro de Castro nº 110 -----

5000-669 Vila Real-----

Assunto: Obras de Remodelação/Ampliação do centro de convívio de Soutelinho da Raia -----

A Câmara Municipal de Chaves pretende levar a efeito obras de remodelação/ampliação no edifício da escola primária (desactivada) da freguesia de Soutelinho da Raia, com o objectivo de o adaptar para instalação de um Centro de Convívio.-----

Como acção prévia à aprovação do respectivo projecto por parte do órgão competente desta autarquia, cumprindo o que está previsto no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, estabelecido pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida

pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, no que respeita a consulta de entidades externas ao Município, vem solicitar a V. Exa. que se digne promover a emissão de parecer sobre os aspectos funcionais do Projecto de Arquitectura que se anexa ao presente ofício. -----
Com os melhores cumprimentos" -----

• Comissão Regional de Reserva Agrícola (CRRRA): -----
"Exmº Senhor -----
Presidente da Comissão Regional da Reserva Agrícola -----
Rua Dr. Francisco Duarte 365, 1º -----
4715-017 Braga -----

"Assunto: Obras de Remodelação/Ampliação do Centro de convívio de Soutelinho da Raia -----

A Câmara Municipal de Chaves, com sede no Largo de Camões 5400-150 Chaves, telefone nº 276 340 500, com NIPC nº 501 205 551, pretende levar a efeito obras de remodelação/ampliação no edifício da escola primária (desactivada) da freguesia de Soutelinho da Raia, com o objectivo de o adaptar para instalação de um Centro de Convívio.

Pese embora o edifício da escola tenha sido construído muito antes da entrada em vigor do actual PDM, de acordo com as respectivas plantas de ordenamento e de condicionantes do mesmo, o edifício da escola em causa, que se pretende transformar em Centro de Convívio, e parte do respectivo logradouro inserem-se em solo da Reserva Agrícola Nacional (RAN). -----

Para se promover a aprovação do projecto de remodelação e ampliação do edifício da escola, torna-se necessário obter previamente a necessária autorização de utilização não agrícola de solos RAN por parte do Comissão Regional de Reserva Agrícola (CRRRA). -----

Neste contexto, o Município de Chaves vêm requer a V. Exª, ao abrigo da alínea d) do nº 2, do Artigo 9º do Decreto - Lei nº 196/89, de 14 de Junho, se digne promover a emissão parecer favorável à utilização não agrícola do solo RAN de parte do terreno em causa, localizado na freguesia de Soutelinho da Raia, do concelho de Chaves, com o número de matriz 279, com a área total de 1.261,8 m2, informando que a área do terreno submetido ao regime de RAN para o qual se solicita a presente autorização de utilização não agrícola é de 885,3 m2, conforme se apresenta nas peças do processo que se junta, destinando-se às seguintes utilizações: -----

- | | | |
|-----------------------|--------------|-------|
| 1. Edifício existente | a= 192,7 m2 | ----- |
| 2. Edifício ampliar | a= 52,6 m2 | ----- |
| 3. Área logradouro | a= 640,0 m2: | ----- |
| 3.1 Área pavimentada | a= 210,8 m2 | ----- |
| 3.2 Área em saibro | a= 429,2 m2 | ----- |

Para os devidos efeitos, remete-se em anexo ao presente ofício o reconhecimento do interesse público por parte do Município, conforme o estipulado no n.º 4, do artigo 34.º do Regulamento do Plano Director Municipal, bem como as cópias que são estabelecidas para instrução do presente pedido. -----

Com os melhores cumprimentos" -----

À consideração Superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 30.01.09-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.-
Visando atingir os objectivos propostos na presente informação, propõe-se à Senhora Vereadora Drª Maria de Lurdes Campos a seguinte estratégia procedimental: -----

1- Que o processo seja submetido a reunião de Câmara para haver deliberação no sentido de se reconhecer formalmente o interesse público da realização das obras de reconstrução e ampliação do edifício da antiga escola de Soutelinho da Raia, para instalação de um Centro de Convívio, conforme o estipulado no n.º 4, do artigo 34.º do Regulamento do Plano Director Municipal, pelo facto do edifício existente (anterior à elaboração do PDM em vigor) se encontrar implantado em solo da Reserva Agrícola Nacional; -----

2 - Após deliberação, que seja emitida uma certidão com o teor da mesma, a qual deverá fazer parte da instrução do processo do pedido de parecer, a solicitar à CRRA ao abrigo do estipulado na alínea d), do n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho;-

3- Em simultâneo, que se promova através da Divisão de Gestão Territorial a consulta das entidades externas ao Município que devem emitir parecer, conforme recomendado na informação técnica.-----

À consideração da Senhora Vereadora Drª Maria de Lurdes Campos -----
DESPACHO DA VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL, DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS, DE 02.02.09.-----

Visto. À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação reconhecendo, para os efeitos em causa, o interesse público do Município relativamente ao projecto ora em apreciação. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração: -----

"É lamentável que erros de plantas que classificam de reserva agrícola o logradouro de uma escola que se encontra materialmente desafectado há muitas décadas sirva para fundamentar o indeferimento de um projecto tão importante para a freguesia." -----

Em resposta a declaração apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, o Vice-Presidente da Câmara, teceu os seguintes comentários: -----

"É de lembrar que o lapso da classificação do logradouro da Escola como reserva agrícola nacional foi cometido em 1995 e só hoje detectado. -----

A deliberação tomada não é de indeferimento, mas sim, no sentido de obter a necessária desafecção do regime da RAN para se poder proceder à aprovação. -----

Não será, concerteza, intenção dos vereadores do partido socialista que se proceda à aprovação desta operação urbanística em nítida violação da Lei." -----

3.6. REMODELAÇÃO DA ILHA DO CAVALEIRO (2ªFASE) - MUNICIPIO DE CHAVES - SITO NO LARGO DO CAVALEIRO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, DO SR.º. ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DATADA DE 2009.01.21 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1 Pretendendo o Município de Chaves executar a 2.ª Fase da intervenção no Baluarte do Cavaleiro, relativa à remodelação da Ilha do Cavaleiro, situada no Largo do Cavaleiro, freguesia de Santa

Maria Maior, em Chaves, mandou elaborar o respectivo projecto de arquitectura nesta divisão, que o apresentou em Outubro de 2008.----

1.2 Estando esse prédio dentro da área de protecção ao monumento nacional constituído pelo Castelo de Chaves, os Fortes de S. Francisco e S. Neutel e os panos de muralha remanescentes (Decreto n.º 28536, DG 66, de 22 de Março de 1938), foi enviada uma cópia do projecto de arquitectura à Direcção Regional da Cultura do Norte, solicitando a emissão do respectivo parecer.-----

2. Análise-----

2.1 O IPPAR, através do ofício n.º S-2008/208760, de 27/11/2008, emitiu um parecer Favorável Condicionado.-----

2.2 Nestas circunstâncias, e cumprindo este projecto de arquitectura todas as normas legais e técnicas aplicáveis, entendemos que está em condições de ser aprovado.-----

2.3 No sentido de promover o licenciamento das actividades previstas no projecto de arquitectura, e de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente os Decretos-Lei n.º 57/99, de 1 de Março, que estabelece as normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa do sector agro-alimentar, e n.º 234/2007, de 19 de Junho, que aprova o novo regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, será necessária a elaboração dos seguintes projectos de especialidade: -----

2.3.1 Projecto de estabilidade; -----

2.3.2 Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica; -----

2.3.3 Projecto de instalação de gás; -----

2.3.4 Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

2.3.5 Projecto de águas pluviais; -----

2.3.6 Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

2.3.7 Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; ----

2.3.8 Estudo de comportamento térmico; -----

2.3.9 Projecto acústico. -----

3. Proposta-----

3.1 Face ao exposto propomos que o assunto seja submetido a deliberação camarária, no sentido de promover a aprovação do projecto de arquitectura.-----

3.2 Caso o projecto de arquitectura seja aprovado, e não tendo esta divisão capacidade técnica para a realização dos projectos de especialidade necessários, propomos que seja aberto um procedimento de aquisição de serviços, para a execução dos projectos de licenciamento (especialidades) mencionados nos pontos 2.3.1 a 2.3.9, devendo para tal o assunto ser remetido à Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS
DATADO DE 2009.01.22 -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.7. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - MANUEL ALBERTO PEIXOTO PEIRESO - SITO NO LUGAR DA AMIEIRA, FREGUESIA DE VILARINHO DAS PARANHEIRAS - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL VITÓRIA JOSÉ MATOS ALMEIDA DATADA DE 2009.01.26 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1 - INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão Territorial nº3827/08, datado de 2008/10/30, Processo nº387/08, o Sr. Manuel Alberto Peixoto Peiresos, na qualidade de proprietário, vem solicitar a esta Edilidade que lhe seja reconhecido o interesse público referente à construção de um imóvel destinado à instalação de um estabelecimento de restauração, a qual se projecta sobre prédio rústico, com a seguinte descrição: -
a) Prédio rústico, terreno de cultivo e monte, situado na Amieira, Freguesia de Vilarinho das Paranheiras, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº476/20070613 e inscrito na matriz sob o nº626, com área total de 6700,25m² e com uma área descoberta de 6700,25m², confrontando a Sul com caminho público e Poente com o rio Tâmega. -----

2 - ANTECEDENTES -----

Após análise do processo, constata-se que no terreno existem duas construções antigas, as quais serão alvo de reconstrução, mantendo os materiais existentes, no sentido de promover uma pequena adega e uma cozinha regional/forno a lenha. -----

Em 2008/08/22, o requerente apresenta um pedido de informação prévia de uma construção de um estabelecimento de restauração, a levar a efeito no local acima identificado, a pretensão em análise não obteve parecer favorável por parte da Divisão de Gestão Territorial, pois a mesma deveria ser obrigatoriamente precedida de um reconhecimento por parte do Município de uma iniciativa de interesse para o desenvolvimento local. -----

3 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

Enquadramento do pedido nos instrumentos de planeamento Territorial: De acordo com a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo requerente e simultaneamente as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal, folha nº46B-A, verifica-se que o terreno se encontra inserido em Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços agro-florestais; subcategoria 4.3A - Espaços agro-florestais comuns; -----

Enquadramento do pedido em servidões e/ou restrições de utilidade pública: -----

Segundo a planta de condicionantes do regulamento do plano Director Municipal de Chaves, folha nº 46B-A, sobre o terreno impede as seguintes servidões e/ou restrições públicas: -----

- Leitões dos cursos de água e suas margens com uma largura de 10m; -----
- Via-férrea (linha do corgo); -----
- Rede Viária; -----
- Bem como, Área inundável para futuras albufeiras. -----

Especificidades do pedido, designadamente, reconhecimento de interesse público referente à construção de um imóvel destinado à instalação de um estabelecimento de restauração -----

De acordo com o supra citado, o terreno insere-se na Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços agro-florestais; subcategoria 4.3A - Espaços agro-florestais comuns. ---- Quanto ao uso do edifício, destina-se a um estabelecimento de restauração de cariz rural, composto de R/C e pequena cave. ----- Mais se refere, que no terreno existem duas construções antigas, cêrcea R/C, no sentido de promover uma pequena adega e uma cozinha regional/forno a lenha. ----- De forma, a enquadrar os 3 volumes e permitir um adequado relacionamento, são propostos arruamentos, para acesso e estacionamento automóvel e zonas pedonais. ----- A pretensão enquadra-se na alínea d) do n.º1 e n.º2 do art.º35⁽¹⁾ que remete para o n.º1 do art.º56⁽²⁾, da secção IX - Situações especiais do regulamento do Plano Director Municipal de Chaves, neste considerando a instalação de restaurantes, só é admissível desde que o município reconheça o interesse para o desenvolvimento local. ---- Nestes termos, cabe à Ex.ma Câmara deliberar sobre se a iniciativa em causa possui "interesse para o desenvolvimento local". -----

⁽¹⁾ Artigo 35º - Usos supletivos -----

1 - Para além dos casos referidos no N.º 4 do artigo anterior, nos espaços que integram esta classe e suas categorias só poderão ser autorizadas, como usos supletivos do uso dominante, as actividades, edificações, instalações e infra-estruturas a seguir enumeradas: --- d) As actividades correspondentes às situações especiais especificadas na secção IX deste capítulo, de acordo com as disposições que a integram. -----

2 - As autorizações a que se refere o número anterior ficam ainda condicionadas aos seguintes requisitos: -----

a) O equilíbrio da paisagem não poderá ser perturbado pelas actividades, instalações ou edificações em causa, em razão da sua localização, volumetria ou aspecto exterior, nem pelas obras referentes à instalação das infra-estruturas julgadas necessárias em cada caso pelo município, sendo encargo e da responsabilidade do interessado as medidas necessárias a garantir aquele objectivo; ----

b) Terão de estar garantidas a obtenção da água potável e energia eléctrica, a eficaz eliminação de esgotos e acesso automóvel à construção, sem prejuízo para terceiros, mediante a apresentação das autorizações e licenças legalmente exigíveis e dos projectos técnicos necessários, sendo da responsabilidade e encargo do proprietário a realização das respectivas obras; -----

c) Terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicáveis a cada caso, quando o local destinado à edificação ou instalação se situar em área subordinada aos regimes da Reserva Agrícola Nacional, do aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou da Reserva Ecológica Nacional, ou sujeita a qualquer outra servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. -----

⁽²⁾ Artigo 56º - Restaurantes, discotecas e estabelecimentos afins --

1 - A instalação de restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins fora dos espaços urbanos e urbanizáveis e dos espaços de uso diversificado só é admissível quando se trate de iniciativa de interesse para o desenvolvimento local reconhecido pelo município, podendo em tais condições localizar-se em espaços pertencentes à classe 4 - espaços agrícolas e florestais. -----

Para o efeito o requerente, no requerimento/exposição invoca "o pedido de construção de uma edificação destinada a estabelecimento de restauração naquele local será um espaço de interesse em todos os sentidos para a região e para o próprio concelho, não só por estar relacionado com uma actividade hoteleira, o que trará mais pessoas para a região, como irá criar novos postos de trabalho para a população". Mais refere, "o facto de o restaurante se encontrar num espaço agrícola é outro factor importante pois o que se pretende é executar um espaço de restauração, porém com um serviço que visa os produtos regionais e tradicionais da região, alguns dos quais já perdidos ao longo dos anos, pretende-se desenvolver e dinamizar um serviço ou lazer que será envolver os clientes nesse mesmo espaço, com por exemplo vindimar e beber o vinho, o colher os vegetais que serão servidos à posterior, tudo isto de forma a divulgar e nunca se perder os costumes de uma região". -----

4 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

Pelo atrás exposto, deixa-se à consideração da Ex.ma Câmara o reconhecimento ou não do interesse público para o desenvolvimento local do empreendimento. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/01/30. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/01/30. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público, para o desenvolvimento local, do referido empreendimento, nos termos da informação técnica. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONVÉNIO URBANÍSTICO A REALIZAR ENTRE EXPANSOL - SOCIEDADE LUSITANENSE DE EXPANSÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A. QUE FOI INCORPORADA POR FUSÃO, NA MODALIDADE DE INCORPORAÇÃO DA TOTALIDADE DE PATRIMÓNIO NA ALCAPREDIAL - INVESTIMENTOS E IMOBILIÁRIO S.A. E A CÂMARA MUNICIPAL - "REPERFILAMENTO DA RUA CONTADOR D'ARGOTE, PROLONGAMENTO DA AVENIDA ANTERO DE QUENTAL E AVENIDA DA FONTE NOVA (1ª FASE)" - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/02/02 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

ANTECEDENTES -----

A Promotora Expansol - Sociedade Lusitanense de Expansão e Investimentos Imobiliários, S.A. (Proc.º n.º 5/08), vem solicitar a aprovação do Convénio Urbanístico, que tem por objecto, a adequada compatibilização entre o interesse público associado à construção da rede viária para a requalificação do "Reperfilamento da Rua Contador d'Argote, Prolongamento da Avenida Antero de Quental e Avenida da Fonte Nova (1ª Fase)", concelho de Chaves, a qual permitirá o acesso ao referido empreendimento, promovida por esta Autarquia, mediante a assumpção de encargos indispensáveis à

execução física da referida infra-estrutura rodoviária, e o interesse privado associado à construção e funcionamento. -----
O mesmo foi submetido à aprovação da Exa. Câmara a minuta do convénio urbanístico, tendo deliberado aprovar na reunião de 18/12/08. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----
A EXPANSOL - Sociedade Lusitanense de Expansão e Investimentos Imobiliários, S.A. que foi incorporada por fusão, na modalidade de incorporação da totalidade de património na ALCAPREDIAL - Investimentos e Imobiliário S.A. -----

Por tal motivo, torna-se necessário submeter novamente este convénio à aprovação pela Exa. Câmara da minuta do convénio urbanístico agora apresentado, com a alteração da Segunda Outorgante, ou seja, passando da A EXPANSOL - Sociedade Lusitanense de Expansão e Investimentos Imobiliários, S.A. para a ALCAPREDIAL - Investimentos e Imobiliário S.A. conforme convénio em anexo. -----

À Consideração Superior -----
DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/02/02. -----

À reunião de câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE DIA - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - ASSOCIAÇÃO DE ACÇÃO SOCIAL SANTO ANDRE DE CURALHA - SITO NA RUA DA IGREJA - CURALHA - FREGUESIA DE CURALHA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/01/27 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.- INTRODUÇÃO -----

1.1.- A Associação de Acção Social Santo André de Curalha, apresenta sob requerimento nº 107/09, referente ao processo n.º 16/09, pedido de licenciamento, com vista á aprovação de uma operação urbanística de edificação - construção/instalação de um Centro de Dia, situado na rua da Igreja - Curalha, freguesia de Curalha no concelho de Chaves. -----

2.-ANTECEDENTES -----

2.1.- No que diz respeito a antecedentes, foi encontrado nos arquivos desta Edilidade, um processo relativo á construção da escola. -----

3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

3.1.- O processo não está instruído de acordo com o disposto no art.º 3¹⁵ e Portaria 232/2008 de 11 de Março, nem de acordo com o

¹⁵ 3.º - Informação prévia sobre obras de edificação -----

1 - O pedido de informação prévia referente à execução de obras de edificação em área abrangida por plano municipal de ordenamento do território deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

- a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão; -----
- b) Extracto das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação dos planos municipais vigentes, das respectivas plantas de condicionantes, da planta de síntese do loteamento quando exista

F.3

n.º1 do art.º 11¹⁶ do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, pelo facto de não ser apresentado qualquer documento comprovativo de titularidade. -----

e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

c) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----

e) Quando o pedido diga respeito a novas edificações ou a obras que impliquem aumento da área construída, devem, sempre que possível, constar do pedido de informação prévia os seguintes elementos: -----

e.1) Planta de implantação à escala de 1:500 ou superior, definindo a volumetria, alinhamento, cêrcea e implantação da edificação e dos muros de vedação; -----

e.2) Fotografias do local; -----

e.3) Localização e dimensionamento das construções anexas, incluindo alçados a uma escala de 1:500 ou superior do troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para outro lado, quando se trate de situação enquadrável na alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro; -----

e.4) Caso inclua receptores sensíveis, apresentação de extracto de mapa de ruído ou de plano municipal de ordenamento do território com classificação acústica da zona ou, na sua ausência, apresentação de elementos previstos no n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento Geral de Ruído aprovado pelo Decreto -Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro; -----

e.5) Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente; -----

e.6) Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afectar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização; -----

e.7) Infra -estruturas locais e ligação às infra -estruturas gerais;

e.8) Estimativa de encargos urbanísticos devidos; -----

e.9) Áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização colectiva e infra -estruturas viárias; --

e.10) Caso se trate de obras de construção, alteração, reconstrução, ampliação ou de urbanização, de promoção privada, referentes a edifícios, estabelecimentos ou equipamentos abrangidos pelos n.os 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do mesmo decreto -lei; -----

f) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----

g) Quando existirem edificações adjacentes, o requerente deve, ainda, indicar os elementos mencionados nas subalíneas e.1), e.2) e e.5) da alínea e). -----

¹⁶Requerimento e Instrução -----

4.- LOCALIZAÇÃO -----



Localização
do terreno.

5.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

5.1.- No regime jurídico -----

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4¹⁷ do Dec.- Lei 555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, por se tratar de obras de construção de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. -----

5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

5.2.1.- O terreno tem na sua totalidade 2024 m² (segundo declaração do requerente) e está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados e em núcleo tradicional dos aglomerados rurais, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.2.2.- Sobre a construção impede uma servidão e/ou restrição de utilidade pública, designadamente, a proibição de erigir qualquer construção cujo afastamento a um recinto escolar, existente ou previsto, seja inferior a uma vez e meia a altura da construção e menor que 12 metros (Dec.-Lei n.º 37575 de 1949); -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

17

Artigo 4.º - Licença -----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de prévia licença, nos termos e com as excepções constantes da presente secção. -----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----

a) As operações de loteamento; -----

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----

c) As obras de construção, de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento; -----

5.2.3.- Segundo a planta de condicionantes n.º 47 A sobre o terreno não impede nenhuma servidão e/ou restrição de utilidade pública; ---

6.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

6.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que o requerente propõe o seguinte: -----

6.1.1. - É pretensão do requerente construir /instalar um edifício, destinado a Centro de Dia, com a área de 613 m², no logradouro da escola. -----

6.1.2.- Fazendo fé unicamente em declarações do requerente, visto não ser apresentado qualquer documento comprovativo de titularidade do prédio urbano, onde se prove entre outros, a área da parcela de terreno, julga-se, que o requerente pretende construir no logradouro afecto á escola. Assim a parcela de terreno destinada a logradouro não é uma unidade predial, ou seja, não tem autonomia normal e própria de um prédio independente. -----

6.1.3.- De acordo com o referido no paragrafo anterior, há ainda a referir a impossibilidade jurídico-administrativa de serem praticados dois actos de licenciamento de uma operação urbanística para o mesmo prédio, traduzindo-se, tal estratégia, na emissão, sobreposta, de dois alvarás de licença de construção com incidência no mesmo espaço físico - prédio - com soluções urbanísticas distintas. Tanto mais que a operação urbanística ora pretendida - construção de Centro de Dia - no logradouro do prédio urbano, não poderá ser considerada como complementar da construção principal - escola, tendo em linha de conta a finalidade subjacente ao conceito de logradouro¹⁸. -----

6.1.4.- Há ainda a referir que o Decreto Lei n.º 409/98, que teve por base a elaboração do projecto de Segurança Contra Risco de Incêndio, foi revogado pelo Decreto-Lei 220/2008 de 12 de Novembro.

7.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

7.1.- Pelo exposto e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 24¹⁹ do DL555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida

¹⁸ Área de terreno livre de um lote, ou parcela, adjacente á construção nele implantada e que, funcionalmente, se encontra conexas com ele, servindo de jardim, quintal ou pátio. -----

¹⁹ Artigo 24.- Indeferimento do pedido de licenciamento -----

1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando: -----

a) Violar plano municipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

b) Existir declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação que abranja o prédio objecto do pedido de licenciamento, salvo se tal declaração tiver por fim a realização da própria operação urbanística; -----

c) Tiver sido objecto de parecer negativo, ou recusa de aprovação ou autorização de qualquer entidade consultada nos termos do presente diploma cuja decisão seja vinculativa para os órgãos municipais. ---

pelo DL177/01 de 4 de Junho alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, propõe-se indeferimento ao projecto de arquitectura/instalação apresentado sob requerimento n.º 107/09. --- À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/01/29. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/01/29. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração: -----

"O indeferimento seco deste projecto importante para a freguesia de Curalha, com base em aspectos formais, sem se apontarem soluções, é desmotivador para os dirigentes desta associação, que tanto do seu tempo têm dado para a implementação desta obra. -----

É necessário que no mesmo acto e num prazo não superior a 15 dias se regularize a titularidade do direito de propriedade sobre o imóvel em nome do Município, se ceda à associação em causa mediante comodato, se destaque a parcela em crise e se aprove o projecto sob análise, o que esperamos possa acontecer na próxima reunião de câmara." -----

Em resposta à declaração apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, o senhor Vice-Presidente da Câmara, teceu os seguintes comentários: -----

"A estratégia apresentada pelos vereadores do partido socialista não irá satisfazer o requerido, considerando a necessidade de promover o registo do prédio em causa no património municipal, facto que não é possível ser feito em 15 dias. -----

Posteriormente, terá o Município de deliberar a doação do prédio à dita Instituição para que esta possa fazer a unificação de artigos urbanos e só após a obtenção de novo título estará em condições de ser aprovada a operação urbanística. A Lei é sempre para cumprir!"--

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA TRINDADE - 1ªFASE.-AUTO DE MEDIÇÃO Nº01/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº01/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Anteros Empreitadas, S.A, no valor de 20.303,08 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 02/02/2009.----

Visto.-----
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.02.02. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 20.303,08 € (vinte mil, trezentos e três euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.2. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE.-AUTO DE MEDIÇÃO Nº03/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº03/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Edinorte, Edificações Nortendas, S.A, no valor de 28.111,78 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 02/02/2009.----

Visto. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 28.111,78 € (vinte e oito mil cento e onze euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. CENTRO SOCIAL DA VÁRZEA. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA -----

Foi presente a informação nº25/DE/2009, da Chefe de Divisão, Engª Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

Para conhecimento e respectiva aprovação, apresenta-se em anexo e de acordo com o solicitado superiormente, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Centro Social da Várzea", elaborado pelo Arquiponto, Gabinete de Arquitectura e Consultores de Engenharia, Lda, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação.-----

Com o projecto de execução em referência, contempla a execução de um edifício novo. Este edifício destina-se à realização de eventos diversos, destinados ao encontro com a colectividade. O presente projecto engloba os projectos referentes a Arquitectura, Estabilidade, Distribuição predial de água, Drenagem predial de águas residuais e pluviais, Electricidade e Telecomunicações.-----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----
2. Que seja autorizado pela Câmara Municipal de Chaves, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Centro Social da Várzea"; -----
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **161.000,00 Euros**, (Cento e sessenta e um mil euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à

contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -----

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Projecto de execução. -----

e) Plano de Segurança e Saúde -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Vitor Pereira -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 161.000,00€, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo: 2.3.2-MC/07010307/0102/2009/77.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 29 de Janeiro de 2009. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 2009.02.02 -----

Visto. Concorro com o proposto. À consideração do Sr.Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.02.02 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII EXPROPRIAÇÕES

1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M.506 E O IP3 (A24) - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES". -----
- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21/05/2008, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA Nº.10/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação. -----

1 - Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 21 de Maio de 2008, deliberou propor a "Declaração de Utilidade Pública" (DUP), para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública "**Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves**", resolução que veio a ser rectificada por deliberação do executivo camarário do passado dia 29 de Julho de 2008, no sentido de ser identificado o arrendatário da Parcela nº 196A.1. -----

2 - Na sequência das respectivas notificações da resolução de expropriar as parcelas de terreno e o direito autónomo de arrendamento da Parcela nº 196A.1, vieram alguns proprietários, por si ou através de representação, desde logo, manifestar o seu acordo para a aquisição pela via do direito privado de algumas das parcelas de terreno necessárias à execução da obra em epígrafe, afigurando-se assegurada a aquisição das Parcelas números 197A, 198A, 205A, 212A, 213N, 214N, 216A, 216N, 217A, 217N, 218A, 218N, 219A, 220N, 221AA, 223N, 225A, 231A, 233A, 235A, 236A e 237A. -----

3 - Vieram, ainda, formalmente, os proprietários da Parcela Nº224N, manifestar o seu desacordo com a avaliação prévia da referida parcela e esclarecer que a mesma se encontra erroneamente identificada no mapa de expropriações, no que se refere ao Artigo matricial, e que é o Artigo 1370º rústico da freguesia de Outeiro Seco e não o Artigo 1369º, conforme foi inicialmente identificado no mapa e fichas referentes à expropriação da obra ora em causa. -----

4 - Neste contexto, encontrando-se em vias de aquisição, pelo direito privado, as parcelas 197A, 198A, 205A, 212A, 213N, 214N, 216A, 216N, 217A, 217N, 218A, 218N, 219A, 220N, 221AA, 223N, 225A,

231A, 233A, 235A, 236A e 237A, as mesmas deverão deixar de constar do "mapa de expropriações", entretanto, aprovado e que deveria ser remetido à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) para obtenção da necessária D.U.P., mediante rectificação a tal documento, em conformidade com o disposto no nº1 do Artigo 10º do Código das Expropriações, devendo, ainda, o mesmo mapa ser rectificado na parte referente ao Artigo matricial da Parcela Nº 224N, pelos motivos expostos no ponto anterior. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea c), do nº 7, do artigo nº. 64, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja, nessa parte, rectificada a deliberação de 21 de Maio de 2008, que determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública com vista à expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra denominada **"Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves"**, anexando-se, para o efeito, novo "Mapa de Expropriações", devidamente rectificado, no que respeita à identificação das parcelas a expropriar; -----

b) Que seja, ainda, rectificado, o mapa de expropriações, no que se refere à identificação matricial da Parcela Nº 224N, passando no mesmo a constar o Artigo rústico 1370º, da freguesia de Outeiro Seco, dispensando-se a notificação, aos respectivos interessados de tal alteração, nos termos do disposto na alínea b), do nº1, do Artigo 67º do C.P.A.; -----

c) Seguidamente, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, remeter a respectiva documentação à DGAL, com vista à instrução do processo a requerer, ao respectivo membro do Governo, a obtenção da D.U.P. -----

Chaves, 02 de Fevereiro de 2008. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

Em Anexo: 1 mapa. -----

1 Certidão de teor matricial. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

2. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "ARRUAMENTO DE LIGAÇÃO DA FONTE DO LEITE À ROTUNDA DE ACESSO À A24 (RUA DA FONTE DO LEITE)". -----

- RECTIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO A REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. PROPOSTA Nº 11/GAPV/2009.

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação. -----

1 - Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 25 de Setembro de 2008, deliberou propor a "Declaração de Utilidade Pública" (DUP), para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública **"Arruamento de Ligação da Fonte do Leite à Rotunda de Acesso à A24 (Rua da Fonte do Leite)"**. -----

2 - A Proposta N°92/GAPV/08, sobre a qual foi tomada a deliberação da resolução de expropriar as parcelas de terreno indispensáveis à concretização da aludida obra, era acompanhada, entre outros documentos, pelo "Mapa de Expropriações", contendo os elementos previstos nas alíneas b), c) e d) do nº1 do Artigo 10º do Código das Expropriações. -----

3 - Na sequência de tal resolução, vieram a ser notificados da resolução de expropriar os aparentes proprietários das aludidas parcelas de terreno cujas moradas eram conhecidas, no estrito cumprimento do disposto no nº5 do Artigo 10º do C.E., tendo vindo, alguns deles, esclarecer que havia incorrecções quanto à identificação matricial dos prédios, incorrecções essas, associadas, sobretudo, ao desdobramento das matrizes prediais após a criação da freguesia de Santa Cruz/Trindade. -----

4 - Vieram, também, alguns dos proprietários das parcelas com construções erigidas sugerir algumas correcções na implantação da obra, numa tentativa de justa composição entre os interesses público e privado, de modo a que as suas habitações não vejam os seus logradouros suprimidos ou manifestamente reduzidos, pretensões que podem ter acolhimento por parte da autarquia sem colocar em causa a boa execução técnica da obra, e que incidirão sobre as parcelas números 12, 35, 36 e 37, as quais sofrerão uma redução de área e as parcelas números 11, 33 e 34, que deixarão de ser necessárias à expropriação. -----

5 - Relativamente à parcela nº1, após diligências encetadas pela "Estradas de Portugal, E.P.", tendo em vista a conclusão das expropriações das parcelas de terreno necessárias à execução da A24 e, particularmente, à execução do Nó de Sanjurge, constatou-se que aquela parcela não seria expropriada na totalidade por este Município, uma vez que a "Estradas de Portugal", já tinha expropriado parte da aludida parcela para execução da rotunda de acesso à A24 (Nó de Sanjurge), pelo que a área a expropriar pelo Município será de 2 021,00m2. -----

6 - Pese embora, estejam reunidos os requisitos justificadores da atribuição do carácter urgente à expropriação, é certo que o recurso ao procedimento expropriativo deverá ser a "última via" a seguir, e em sede de notificação da resolução de expropriar alguns interessados vieram manifestar o seu acordo com a avaliação prévia realizada pelo perito oficial, Engº Alvim Marinho, e disponibilizar-se para que o Município adquira as respectivas parcelas pela via do direito privado, razão pela qual as parcelas nºs 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 26 e 36, deverão deixar de constar do "mapa de expropriações", entretanto, aprovado e que deveria ser remetido à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) para obtenção da necessária D.U.P., mediante rectificação a tal documento, em conformidade com o disposto no nº1 do Artigo 10º do Código das Expropriações. -----

7 - Neste contexto e pelas razões acima expostas, deverá ser rectificado o mapa com a identificação dos bens a expropriar e que instruiu a Proposta N° 92/GAPV/08, sobre a qual o executivo camarário deliberou requerer a declaração de utilidade pública da expropriação, relativamente às áreas das parcelas a expropriar, bem como aos respectivos encargos, em conformidade com o relatório de avaliação prévia reelaborado pelo perito da lista oficial, Eng° Alvim Marinho, previsto no n°4, do Artigo 10° do Código das Expropriações, para efeitos do disposto no n°1 daquele preceito legal. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea c), do n° 7, do artigo n°. 64, da Lei n°. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n° 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10° do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n°. 168/99, de 18 de Setembro, seja rectificada a deliberação de 25 de Setembro de 2008, que determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública com vista à expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra denominada **"Arruamento de Ligação da Fonte do Leite à Rotunda de Acesso à A24 (Rua da Fonte do Leite)"**, no que se refere à área das parcelas n°1, n°12, n°35, n°36 e n°37, bem como os respectivos encargos, e, ainda quanto à identificação dos Artigos matriciais das Parcelas n°20 e 24, bem como à identificação do interessado da Parcela n° 12, juntando-se para o efeito, novo "Mapa de Expropriações", espelhando as referidas alterações; -----

b) Que, face à vontade manifestada pelos proprietários para aquisição das respectivas parcelas, por via do direito privado, e tendo, ainda, em consideração que as parcelas números 11, 33 e 34, constantes do mapa inicialmente aprovado, deixaram de ser necessárias para a execução da obra, a declaração de utilidade pública da expropriação, a requerer junto do respectivo membro do Governo, por intermédio da Direcção-Geral das Autarquias Locais se limite às parcelas n° 1, 4, 5, 12, 13, 14, 19, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 35 e 37, constantes do "Mapa Modelo DGAL", em anexo; -----

c) Seguidamente, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, proceder à notificação dos respectivos interessados conhecidos, por carta registada com aviso de recepção, e dos desconhecidos mediante afixação de editais e publicação de anúncios em dois números seguidos de dois jornais dos mais lidos na região, sendo um de âmbito nacional, em conformidade com o disposto no n°5, do Artigo 10° e n°4, do Artigo 11°, ambos do C.E.; -----

d) Por fim, remeter a respectiva documentação à DGAL, com vista à obtenção da D.U.P. respectiva, para as parcelas constantes do referido Mapa, modelo daqueles serviços. -----

Chaves, 02 de Fevereiro de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----
Em Anexo: 1 Mapa de expropriações. -----
 1 Mapa Modelo DGAL. -----
 1 Certidões de teor matricial (Parcela nº20) -----
 1 Relatório de avaliação do perito da lista oficial, relativo às
 parcelas nº 1, 12, 35, 36 e 37. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar
 a referida proposta. Notifique-se. -----

IX DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

1. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. CUSTÓDIA SILVA TEIXEIRA REBELO. INFORMAÇÃO DA DAP DE 28/01/2008 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo
 Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição-----

CUSTÓDIA SILVA TEIXEIRA REBELO, com habitação sita na Rua Padre
 Raimundo Ângelo Peres - Chaves, com a Instalação de água nº. 9949,
 vem expôr que foi confrontado com uma factura de consumo de água, no
 valor de 251,86 €, correspondente 110 m3, ocasionados pelo
 rebentamento de uma torneira provocado pelo gelo, não detectada em
 tempo útil, por se encontrar no estrangeiro, pelo que vem, através
 do requerimento com registo de entrada nº. 1482, de 2009.01.27,
 solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser
 penalizada, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do
 escalão mais baixo. -----

Dos Factos -----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que
 havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 9949, o
 Assistente Operacional, Sr. Portelinha, deslocou-se ao local, tendo
 verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do
 contador em bom funcionamento tendo sido detectado o rebentamento da
 referida torneira com o gelo, no momento já resolvido o problema.--

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei nº. 207/94,
 de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da
 responsabilidade dos proprietários. -----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade da
 consumidor, **CUSTÓDIA SILVA TEIXEIRA REBELO**, proprietária da
 instalação. -----

Da Petição -----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto
 seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser
 deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

- a)** Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta
 o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--
- b)** Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como
 valor do consumo de 110 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1º. Escalão, isto
 é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (105 m3) ao 2º. Escalão (0,70
 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água,
 saneamento e resíduos sólidos, do mês de Dezembro.-----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 110 m³, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m³, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

A presente informação mereceu parecer favorável do Chefe da D.A.P., Engº. Baltazar. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 29/01/2009:--

Visto. À consideração do Sr. Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTº. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 30 DE JANEIRO/2009: -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA.GUILHERME DA ENCARNAÇÃO RODRIGUES.INFORMAÇÃO DA DAP DE 26/01/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição -----

GUILHERME DA ENCARNAÇÃO RODRIGUES, com habitação sita na Rua Heróis da República, Lote 27 - Chaves, com a Instalação de água n.º. 16395, vem expor que foi confrontado com uma factura de consumo de água, no valor de 211,78 €, correspondente 110 m³, ocasionados pelo rebentamento de uma torneira provocado pelo gelo, não detectada em tempo útil, por se encontrar no estrangeiro, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 1378, de 2009.01.26, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo, incluindo os 32 m³ a mais marcados no momento, perfazendo um total de 142 m³. -----

Dos Factos -----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 16395, o Assistente Operacional, Sr. Carlos Frutuoso, deslocou-se ao local, tendo verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento tendo sido detectado o rebentamento da canalização após o contador, no momento já resolvido o problema.

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários. -----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade do consumidor, **GUILHERME DA ENCARNAÇÃO RODRIGUES**, proprietário da instalação. -----

Da Petição -----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--

b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 142 m³, cobrando-se 5 m³ ao 1º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (137 m³) ao 2º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, do mês de Janeiro/2009.-----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 142 m³, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m³, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Art.º. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

A presente informação mereceu parecer favorável do Chefe da D.A.P., Eng.º. Baltazar. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 30/01/2009:--

Visto. À consideração do Sr. Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQT.º. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 30 DE JANEIRO/2009: -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XII

EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ISENÇÃO DE IMT. PRÉDIO URBANO SITUADO NA RUA DE SANTO ANTÓNIO - CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. REQUERENTE: "MARIA JOSÉ PEREIRA MEDEIROS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA." . INFORMAÇÃO N.º. 5/SCEAN/09 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Na sequência dos despachos proferidos em 19/01/2009, pelas Chefe de Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, Dra. Sandra Lisboa Delgado e pelo Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Delgado, no requerimento apresentado por "Maria José Pereira Medeiros - Sociedade Unipessoal, Lda.", com sede na Rua de Stº. António, nº 6, em Chaves, NIPC 505393123, registado nos serviços administrativos deste Município com o nº 117/09, de 14/01/2009, cumpre-nos prestar a seguinte informação: -----

I- OBJECTO DO PEDIDO -----

1. A requerente vem completar o seu requerimento formulado por requerimento com registo de entrada nos serviços municipais nº 564/2008, de 30 de Dezembro, com vista à obtenção de autorização prévia do Município para isenção do pagamento de IMT, na compra de um prédio urbano situado na Rua de Stº. António, nesta cidade, ao abrigo do nº3, do Artigo 43º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF - e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Chaves, sobre esta matéria, em sua sessão ordinária de 24 de Setembro de 2008. -----

2. Relevam para o pedido, os seguintes factos: -----
A sociedade requerente exerce a actividade de exploração de farmácia, designadamente compra para revenda de especialidades farmacêuticas, cosméticos, artigos ortopédicos e utilidades diversas, normalmente vendidas em farmácias. -----

Para o exercício da sua actividade a empresa requerente pretende adquirir o prédio urbano situado na Rua de Stº. António, inscrito na matriz predial respectiva da freguesia de Santa Maria Maior com o Artigo 250º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 1160/20081212. -----

II - ENQUADRAMENTO LEGAL DO PEDIDO -----

1. Na sequência de um quadro legal anterior, que desde 1999 instituiu medidas de combate à desertificação, promoção, recuperação e desenvolvimento de áreas territoriais consideradas em situação de interioridade, o Orçamento de Estado para 2007, aprovado pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro aditou ao Estatuto dos Benefícios Fiscais o artigo 39-B, com a epígrafe "Benefícios relativos à interioridade", que na redacção e renumeração conferida pelo Decreto-Lei nº 108/2008 de 26 de Junho, passou a ser o artigo 43º do EBF, com a epígrafe - "Benefícios fiscais relativos à interioridade". -----

2. As normas de regulamentação necessárias à boa execução das medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem problemas de interioridade, foram aprovadas pelo Decreto-Lei nº 55/2008, de 26 de Março. -----

3. Tal diploma veio, ainda, a determinar quais as áreas territoriais beneficiárias, que segundo o nº1, do artigo 6º, do D.L. nº55 supra referido²⁰, são as identificadas na Portaria 1468-A/2001, de 31 de Dezembro, a qual contempla o concelho de Chaves. -----

4. O referido D.L. nº 55/2008, entre outras matérias, disciplina as condições de acesso das entidades beneficiárias dos benefícios fiscais previstos no Artigo 43º do EBF, o papel a desempenhar pelas entidades responsáveis pela atribuição de incentivos, bem como pela sua fiscalização e controlo, o leque das obrigações das entidades beneficiárias a as sanções pelo não cumprimento das prescrições nele estabelecidas. -----

²⁰ Para os anos de 2007 e 2008.-----

5. No quadro anteriormente traçado, em matéria de incentivos fiscais, o artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, prevê, expressamente, o seguinte: -----

"1 - -----

2 - -----

3 - Ficam isentas do pagamento de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis as aquisições seguintes: -----

a) -----

b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectas duradouramente à actividade das empresas". -----

4 - As isenções previstas no número anterior só se verificam se as aquisições forem devidamente participadas ao serviço de finanças da área onde estiverem situados os imóveis a adquirir, mediante declaração de que conste não ter o declarante aproveitado anterior e idêntico benefício. -----

5 - As isenções previstas no nº 3 ficam dependentes de autorização do órgão deliberativo do respectivo município" -----

6. Parece-nos, salvo melhor entendimento, que o pedido ora em apreciação, face ao disposto na alínea a) do artigo 3º do D.L. nº 55/2008, a entidade responsável pela atribuição do incentivo, bem como pela sua fiscalização e controlo, no caso de isenção do pagamento de IMT, se encontra atribuída à Direcção-Geral dos Impostos, entidade que deverá verificar se no caso ora em apreciação, estão reunidas todas as condições de acesso por parte das entidades beneficiárias contempladas no artigo 2º, do referido diploma. -----

7. Nesta óptica, a intervenção deste Município, no âmbito do processo administrativo em análise, fica apenas circunscrita ao reconhecimento prévio, pela Assembleia Municipal e concomitantemente pela Câmara Municipal, da isenção legalmente prevista - isenção de pagamento de IMT -, nos termos e para os efeitos do disposto no nº5 e no nº3 do Artigo 43º, do EBF. -----

8. De facto, sob Proposta nº 90/GAPV/2008, da Câmara Municipal, o órgão deliberativo do Município, em sua sessão ordinária de 24 de Setembro de 2008, no uso do poder discricionário de que dispõe, relativamente à matéria ora em causa, deliberou, por unanimidade, em termos gerais e abstractos, que a "autorização viabilizadora da concessão de benefícios fiscais, em matéria de isenção do pagamento do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis - IMT - prevista no nº3, do Art. 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redacção dada pelo D.L. nº 108/2008, de 26 de Junho, se limite aos pedidos que tenham por objecto imóveis situados no centro histórico da cidade de Chaves, definido no respectivo instrumento de planeamento municipal, desde que afectos duradouramente à actividade das empresas ou à habilitação própria e permanente, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do nº3 do Art. 43º do EBF ..." -----

9. Sendo certo que o acto administrativo da atribuição da isenção do pagamento do IMT é da competência da Direcção Geral dos Impostos, nos termos da alínea a) do art. 3º, do D.L. nº 55/2008, também é certo que a prática de tal acto pressupõe a prática de vários actos intermédios, designadamente a verificação, por parte do Município, da aparente condição da entidade requerente beneficiar da autorização prévia para a atribuição do benefício fiscal, prevista no nº5, do art. 43º do EBF. -----

11. Assim, no caso individual e concreto da ora requerente, a intervenção deste Município, deverá circunscrever-se ao reconhecimento prévio, pelo órgão executivo municipal, face à deliberação genérica tomada pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 24 de Setembro de 2008, sobre esta matéria, traduzido na autorização da isenção legalmente prevista, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b), do nº3, do Artigo 43º do EBF, constituindo o formalismo do nº5 do Art. 43º do aludido Estatuto, um elemento indispensável à boa instrução do pedido de isenção do pagamento do IMT, nos termos da alínea h) do nº1, do artº 22, do D.L. nº 55/2008, pedido esse que deverá ser apreciado pela administração fiscal. -----

12. Aos respectivos serviços municipais caberá verificar a situação geográfica do prédio objecto do pedido e que irá ser adquirido, ou seja, se o mesmo se localiza no perímetro do centro histórico da cidade de Chaves, face à área delimitada em PDM²¹, e se, aparentemente a requerente cumpre os requisitos previstos no nº1, do Artigo 2º, do D.L. nº 55/2008, ou seja: -----

- a) Encontrar-se legalmente constituída e cumprir as condições legais ao exercício da sua actividade; -----
- b) Ter a situação contributiva regularizada perante a administração fiscal, e segurança social e o respectivo município;
- c) Dispor de contabilidade organizada, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade; -----
- d) Situar a sua actividade principal na área beneficiária; -----
- e) Comprometer-se, durante um período mínimo de cinco anos a contar da data da realização integral do investimento a manter a sua localização geográfica.

III - CONCLUSÃO -----

1. Nos termos do disposto no nº3 do art. 43º do EBF ficam isentas do pagamento do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis as aquisições de prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situadas nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente às actividades das empresas, sendo certo que o concelho de Chaves integra o mapa anexo à Portaria nº 1467-A/2001, de 31 de Dezembro, a qual define as áreas territoriais beneficiárias; -----

2. Para efeitos de aplicação de um critério de mera aparência, a requerente, juntou ao processo os seguintes documentos, que permitem presumir que reúne as condições definidas nas alíneas a) e e) do nº1 do art. 2 do D.L. nº 55/2008, a saber: -----

- a) Certidão permanente da empresa on-line, válida até 19/11/2009;
- b) Certidões comprovativas da situação contributiva regularizada perante a administração fiscal, a segurança social e este Município;
- c) Informação de cadastro, obtida via Internet, das declarações electrónicas, comprovativa de possuir contabilidade organizada; ----
- d) Declaração, subscrita pelo sócio gerente da firma, Maria José Pereira Medeiros, em que se compromete a manter a sua localização geográfica e a respectiva actividade, pelo período mínimo de cinco anos; -----
- e) Declaração, subscrita pela referida sócia gerente, em como a sociedade nunca usufruiu de idêntico benefício fiscal; -----

²¹ A pedido da ora requerente já foi emitida certidão comprovativa em como o prédio urbano em causa - Artigo 251º da freguesia de Santa Maria Maior - se localiza no Centro Histórico de Chaves. -----

f) Certidão do registo predial e caderneta predial urbana do prédio a adquirir, situado na Rua de Stº António; e integrado no centro histórico da cidade de Chaves, segundo informação técnica prestada pela Divisão de Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico, no passado dia 30 de Dezembro de 2008. -----

3. Neste enfoque, face aos documentos apresentados, a sociedade requerente parece reunir todos os requisitos para poder beneficiar da autorização prévia do órgão deliberativo do Município, para efeitos da atribuição do benefício fiscal - isenção de pagamento de IMT -, frisando-se, porém, que a decisão da atribuição, fiscalização e controlo compete legalmente à Direcção-Geral dos Impostos nos termos da alínea a) do Artigo 3º do referido D.L. nº 55/2008, de 26 de Março. -----

IV - PROCEDIMENTO SUGERIDO -----

Face aos factos e preceitos legais acima apontados sugere-se a adopção dos seguintes procedimentos: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, para, em sede de execução da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão ordinária de 24 de Setembro de 2008, à luz do critério de mera aparência de verificação dos requisitos legalmente exigíveis, possa ponderar o pedido ora em apreciação e, a fim, decidir pelo reconhecimento do incentivo, consubstanciado na autorização prévia à atribuição da isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre as transacções onerosas de imóveis - IMT -, nos termos previstos no Artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redacção conferida pelo D.L. nº 108/2008, de 26 de Junho; -----

b) Alcançado tal objectivo, deverá a requerente ser notificada da decisão que vier a ser praticada, nos termos do disposto nos Artigos 66º e seguintes do C.P.A.; -----

c) Por fim, deverá a referida decisão, ser agendada para uma das próximas sessões do órgão deliberativo municipal, para conhecimento, face à deliberação tomada sobre esta matéria, por aquele órgão deliberativo, na sessão de 24 de Setembro de 2008. -----

À consideração da Chefe de Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, Dra. Sandra Lisboa Delgado. -----

A Técnica Superior, -----

Cristina Rodrigues -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURIDICOS, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2009.02.02 -----

Visto. Concorro com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares sobre a matéria. À consideração Superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2009.02.02-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.02.02 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

2.2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO DGFEP/SP/INF.Nº1. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A Divisão Administrativa de Serviços Jurídicos, remeteu para este sector, exposição apresentada pelo Sr. João Francisco Mateus Cabelreira, na qual responsabiliza o Município, pelos danos causados na sua viatura 51-03-NI, provocados pelo embate num monte de cimento que se encontrava na E.M.507. -----

Na sequência da exposição apresentada, e posterior confirmação da Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 226.80€ (duzentos e vinte e seis euros e oitenta centimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia 250€ (duzentos e cinquenta euros), o Município deverá liquidar directamente ao lesado, o valor 226.80€ (duzentos e vinte e seis euros e oitenta centimos). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 26de Janeiro de 2009 -----

A Funcionária -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2009.01.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.01.30 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XIV DIVERSOS

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua exectoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e cinco minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

